

ABC
DO SINDICALISMO
REVOLUCIONÁRIO

- Edgar Rodrigues

ABC
DO SINDICALISMO
REVOLUCIONÁRIO

2ª edição

Robson Achiamé, editor
Caixa Postal 50083
Rio de Janeiro – RJ – 20050-970
Telefax (0xx21) 2544-5552
letrativre@gbl.com.br

achiamé
Rio de Janeiro

ABC DO SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO

Copyright © 2004 by Edgar Rodrigues

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra
sem a prévia autorização do Autor

*ESTA OBRA É DEDICADA
A TODOS OS TRABALHADORES*

SUMÁRIO

Introdução / 11

1.1 Sindicato / 15

1.2 Associações beneficentes e/ou de auxílio mútuo / 16

1.3 Sindicato autônomo / 17

1.4 Sindicato reformista / 18

1.5 Sindicato político / 18

1.6 Sindicato revolucionário ou anarco-sindicalista / 20

2.1 Sindicalista / 22

2.2 Escola de militantes e de educação social / 23

2.3 Congressos sindicais / 24

2.4 Princípios da AIT / 27

3.1 As greves de ontem e de hoje / 29

3.2 Manifestações em maio / 37

Os mártires de Chicago / 39

3.3 Política sindical não é o mesmo que sindicalismo / 43

4.1 Sociabilidade / 53

4.2 Sindicalismo / 55

4.3 Projeto sindicalista / 57

4.4 Comunas autogestionárias / 59

4.5 Esquematização organizativa para estudo e aperfeiçoamento / 63

A Internacional / 68 a 70

Dando a palavra aos trabalhadores sindicalistas revolucionários / 71

A) Brados proletários / 71

B) O trabalhador, a escola, o teatro e o jornalismo / 74

C) A luta de classes / 85

D) Formas de organização / 94

Escritos do Autor / 100

O 1º DE MAIO NO CENTENÁRIO
DA GREVE GERAL PELAS 8 HORAS
DIÁRIAS DO TRABALHO

Meus irmãos proletários, este dia
Faz de susto tremer a burguesia
De todo o mundo, em toda a vasta terra,
Que num gesto de medo e de pavor
Vai pelo mundo semeando a dor,
A miséria e o crime, o luto e a Guerra.

De seus crimes horrendos, sanguinários,
Tem receio que nós, os proletários,
Lhe vamos pedir contas algum dia:
Receia ver as turbas despertadas
E ouvir o galopar das cavalgadas
Do ideal, da liberdade, da Anarquia!

Embriagando as massas de prazer,
A canalha dourada quer fazer
Dum protesto um motivo de alegria;
E assim lavar as mãos ensanguentadas
Nas vidas proletárias, arrancadas
Ao sol da liberdade e da Anarquia!

Procuram iludir, com vis enganos,
Os burgueses velhacos e tiranos,
À foice, ao camartelo, à enxada e ao malho;
Julgando ver no obreiro vil lacaio,
Chamam ao dia 1º de Maio,
De propósito, a Festa do Trabalho.

Repudiai esse insulto, proletários!
Respondei aos tiranos salaftrários
Cruzando os vossos braços neste dia.
E nesse gesto de protesto forte,
Conquistemos a vida dando a morte
Às colunas sociais da tirania!

Cantando ao som da "Internacional",
Irmanados no abraço fraternal,
Proclamemos a nossa redenção;
Saudando o Sol de Maio que há de vir,
Marchemos à conquista do Pórvir,
Fazendo os funerais da escravidão.

Souza Passos

INTRODUÇÃO

O gigantismo urbano hoje coloca o trabalhador diante de alternativas alienantes e começa a confundir-lhe o poder da razão.

A rapidez com que tudo se processa, o crescimento industrial com a ajuda da tecnologia e da eletrônica impõem mudanças de comportamento e de ação deformadoras, bloqueia a sensibilidade, o poder de percepção, de manusear e decidir, tão importantes para o equilíbrio da mente humana.

O progresso industrial, a produção fantástica em série, as possibilidades ilimitadas dos computadores, a automatização das máquinas, substituindo a mão-de-obra humana por robôs, e o império da indústria de informações, já em funcionamento nos países mais desenvolvidos, começou a deslocar o indivíduo da posição de elemento mais importante a preservar e a desenvolver, para a condição de sentinela estática diante do seu invento.

No campo industrial, os computadores prometem desativar milhões de trabalhadores para quem se terá de buscar ocupações, sob pena de aumentar consideravelmente o número de desempregados, de famílias carentes, subalimentadas e, o que é pior, violentadas em suas individualidades.

A mudança na indústria, imporá o crescimento igualmente gigantesco da produção, a necessidade de armazenamento e distribuição, disputas de mercados, e conseqüentemente a formação de grandes núcleos populacionais, empurrando o homem cada vez mais para o topo dos arranha-céus, obrigando as famílias a coexistir empilhadas umas sobre as outras, como figuras estranhas, num mundo adverso, sem um mínimo de contato com a natureza que lhe deu a vida.

Com o homem agrupado, o império das informações, que detém e negocia os canais de comunicação e divulga inutilidades capazes de saturar sua audição e recepção, de reduzir-lhe o poder de decisão, começa a prepará-lo para renunciar às reivindicações, para abster-se de protestar, submetendo-se passivamente aos bloqueios cerebrais e aceitando por condicionamento a voz que há de teleguiá-lo.

É velha a intenção do homem submeter o operariado à condição de número, de elemento bem mandado, capaz de obedecer à voz de comando com presteza e submissão. O exército treina há longos anos a juventude, obrigada a alistar-se para prestar serviços gratuitos ao Estado e aprender a arte de matar em grande escala. Por isso cada vez mais gente usa a força para fazer-se obedecer, explorar e subjugar os seus semelhantes.

A violência tem raízes na disciplina, na submissão, na exploração e nas pressões econômica, política e religiosa.

Modernamente o ensino massificador, a comercialização de notícias transformadas em indústria da informática, vem reduzindo o indivíduo em seus poderes físicos e mentais. Empilhado em espigões de aço ou concreto armado, em compartimentos estanques, implantados em cidades altamente poluídas, vigiado e fiscalizado pelos computadores, o ser humano perde a sensibilidade, o amor ao seu próximo e abandona a solidariedade humana, para converter-se em escravo do seu semelhante.

O homem de hoje é resultado da sociedade de ontem, das pressões e condicionamentos sofridos e das deformações de caráter a que foi submetido cientificamente.

Reflete o desequilíbrio do meio que lhe modelou a infância e a adolescência sem lhe oferecer alternativas para optar. Condicionado pela exploração, pela submissão e a violência, vê insensível a poluição e a seca dos rios; as florestas sendo destruídas ambiciosamente ou por atentados contra a humanidade; os ruídos nas grandes cidades, prestes a destruir a audição humana; a propaganda comercial saturando o raciocínio e o poder da razão. Acaba vencido, começa a aceitar as coisas tal como se lhe apresentam, sem reações ou emoções. Modelado dentro desta camisa-de-força, o trabalhador não se dá conta do processo diabólico a que vem sendo submetido em nome de um amanhã melhor para todos, de um futuro promissor com ajuda da tecnologia e da eletrônica que vai produzindo, em série, robôs mecânicos e humanos e já lhe escreve a biografia com um apertar de botões.

Dentro destas limitações é possível perceber imediatamente que não basta o homem ter idéias revolucionárias, dizer-se bem intencionado com os seus semelhantes.

Que defender os direitos humanos e a liberdade de todos e de cada um, pela palavra ou com a pena, isso não é tudo que se precisa fazer. Esse estado de comportamento perde-se diante do gigantismo das multinacionais, do poder tecnológico e da eletrônica sob o comando do Estado, que num apertar de botões aciona os veículos de repressão e esmaga opositores.

Estamos diante da produção em série, da automatização de fábricas, que começam a trabalhar comandadas por "cérebros" eletrônicos, da energia nuclear e da produção química com poderes para paralisar o homem a grandes distâncias.

Mas isso não significa que o operário há de deixar-se "poluir" e "extinguir-se" como os rios atacados por detergentes e ácidos industriais ou pela ganância mercantilista e bélica!

O trabalhador é o único criador de tudo o que de mais sofisticado se inventou e produziu e há de ser ele mesmo quem vai responder pelas mudanças que permitirão aos seus descendentes construir um *Mundo Novo*, autogestionário, orientado por doutrinas com forças morais para erigir nos cérebros humanos a paz, a liberdade e o sentimento de que a infelicidade de um dos componentes será a de todos os seus habitantes.

O proletariado dispõe de organismos de múltiplas funções envolvendo, no seu desdobramento, o apoio mútuo, a solidariedade, a alfabetização, a capacitação de seus associados, o aperfeiçoamento intelectual e profissional, a luta econômica e, globalmente, a emancipação social, cultural e humana dos seus componentes.

Suas funções não se limitam às reivindicações econômicas e à luta de classes, o que em princípio seria concordar com a desigualdade social, hierárquica, eternizá-las!

O sindicato não pode limitar-se a disputar o espaço vital para sobrevivência de seus associados reivindicando apenas melhores salários para quem trabalha, assim estará concordando com a exploração por industriais, comerciantes, banqueiros e pelo Estado, que tudo autoriza, regulariza, e a todos expolia. Quando uma classe profissional pleiteia aumento de ordenado está negociando um melhor preço para sua produção, querendo resolver dificuldades imediatas, torná-las suportáveis, anestesiá-las sem se importar que o patrão vá repassar o aumento concedido ao consumidor, majorando

uma mercadoria que não produziu e cuja carga acaba recaindo sobre inúmeras camadas da população, inclusive trabalhadores de outras profissões. Com isso, sem perceber, o grevista desempenha o mesmo papel do negociante, transita na estrada patronal, que para aumentar suas mercadorias sonega-as, retira-as das prateleiras até que os órgãos do Governo lhe concedam novos preços, bem superiores aos que foi obrigado a pagar aos grevistas.

A greve econômica hoje equivale a uma disputa entre o Capital e o Trabalho da qual os operários sempre saem perdendo enquanto ajudam a eternizar a desigualdade social, a perpetuar hierarquias!

O sindicalismo, na sua expressão maior, não pretende apenas mimosear questões alimentares, nem o sindicato objetiva eternizar a desigualdade pela greve econômica, como vamos ver penetrando na doutrina sindicalista. Suas pretensões são imensas, transformadoras, emancipadoras e revolucionárias.

E.R.

1.1 Sindicato

Célula da organização corporativa, constituída por assalariados da mesma profissão, da mesma indústria, executando trabalhos similares ou correlatos. O objetivo do sindicato é tornar-se uma força, criar para os seus associados condições capazes de resistir às ambições patronais no plano individual e profissional. É um agrupamento formado no terreno econômico, sem existência preconcebida; são interesses que estão em jogo; e todos os operários que têm interesses idênticos aos do agrupamento podem filiar-se a ele, sem necessidade de declararem quais são as suas idéias em matéria filosófica, política e/ou religiosa. Dentro do seu prisma orgânico, o sindicato, forma-se a partir da unidade para o grupo ou comitê, do agrupamento para a União de Sindicatos; da União dos Sindicatos locais para as Federações regionais, e destas para a Confederação Geral do Trabalho.¹

Dentro desta mecânica organizativa existem sindicatos Mutualistas, Benéficos, Autônomos, Independentes, Políticos, Religiosos, Reformistas e Revolucionários. Podem ser de profissionais da mesma especialidade, de "Ofício Vários", Mistos e de Artes Correlatas ou similares.

Para o sindicato funcionar com desenvoltura plena, dentro do horizonte sindicalista é preciso que os seus componentes² exercitem afinidades profissionais e cultivem sentimentos de simpatia, de amizade afetiva e fraternal. Não basta pertencerem à mesma entidade, é preciso desenvolver ação social conjunta, operar modificações econômicas, particulares, mas também elementos catalizadores, capazes de ajudar no descondicionamento humano, ampliando assim a tolerância, a compreensão, o respeito e o apoio mútuo, fortificantes da solidariedade.

1. Ver esquema da *Organização Sindicalista* em gráfico no final desta obra.

2. Faz alguns anos escrevemos carta neste sentido ao Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, respondendo a solicitação de sua diretoria que "pretendia dinamizar sua ação e seu crescimento". Não obstante nossas sugestões, continuou político, faccioso, de "roupa nova". . .

Um sindicato onde cada componente age para si, como unidade isolada, individualista, dificulta a convivência e a formação da família sindicalista.

O sindicato³ para ser dinâmico, coefente, organismo consciente, além de cultivar o auxílio mútuo e praticar a solidariedade de classe e humana, precisa ministrar cursos de militância, revelar oradores, promover palestras, conferências, debates, ensinar humanidades, realizar festas de conagração cultural, desenvolver a arte de representar, projetar sessões de cinema com debates em torno dos filmes e deflagrar greves quando se fizerem necessárias, sempre apolíticas. Caso contrário, torna-se um órgão inoperante, aburguesado, comerciante, começa a definhar, transforma-se num barco sem rumo, corpo sem cérebro, comandado pelo estômago.

1.2 Associações Benéficas e/ou de Auxílio Mútuo

Entidades primitivas de cooperação e socorro, sem o espírito altruísta do mutualismo. Seus objetivos primeiros e únicos, são limitadíssimos, perdem-se nas pequenas ajudas materiais entre associados. É um corpo sem idéias, sem vida própria.

Teve início no Brasil com os trabalhadores negros. Serviu à sua causa contra os fazendeiros e os senhores dos engenhos, refletindo-se nos Quilombos, e posteriormente nas insurreições dos Alfaiates, dos Cabanos, do baixo-Amazonas, na Vila Manga, no

3. A propósito recordamos texto das memórias inéditas de Pedro Catalo: "Um grande parte das fábricas e oficinas de calçados de S. Paulo, os trabalhadores estavam firmemente organizados e tinham, em cada local de trabalho, um "delegado" cuja função era zelar pelo bom andamento da organização, atender às reclamações dos patrões assim como transmitir a estes os reclamos dos operários. Uma das principais incumbências que tinha o delegado, era impedir que trabalhassem na casa operários que não fossem associados da União dos Artífices em Calçados. Esta medida visava manter a casa bem organizada e impedir que o patronato tomasse força. O sindicato mantinha organizado um "Centro de Colocação que se incumbia de receber de delegados, os pedidos de mão-de-obra por parte dos patrões, e registrar os trabalhadores em disponibilidade".

Maranhão, na Balaiada, na revolta dos Quebra-Quilos, no Nordeste; na insurreição Praieira, na Sociedade Secreta a Jardineira e nas associações dos "Barbeiros de barbear, barbeiros de guarnecer espadas, fundidores de cobre, funileiros, serralheiros, forradores, douradores, bate-folhas, espingardeiros e cutileiros" reunidos sob a "proteção" da bandeira de S. Jorge; dos "Ferreiros, canteiros, sirgueiros de agulhas, sirgueiros de chapéus, penteiros, luveiros, albardeiros e latoeiros de fundição", sob o "comando" de S. Miguel; dos "Sapateiros, odreiros, curtidores e surradores" (S. Crispim); "Correiros, seleiros e freiros" a cargo de N. S. da Conceição; "Pasteleiros, torneiros, latoeiros de folha branca e latoeiros de folha amarela", com N. S. das Mercês como protetora; "Oleiros, sabbreiros e chocolateiros", a cargo de Sta. Justa e Sta. Rufina; "Pedreiros, carpinteiros de casas, canteiros, violeiros e ladrilheiros", tendo S. José como guia; "Tosadores, vidraceiros, tintureiros, esteireiros e tecelões", a cargo de S. Gonçalo; "Confeiteiros, carpinteiros de carruagem, carpinteiros de jogos de carros e picheleiros", sob a proteção de S. da Oliveira; "Alfaiates, bainheiros, carapuceiros e algibebeis", tendo N. S. das Candeias, como responsável; e os "Carpinteiros de móveis, entalhadores e coronheiros", a cargo da N. S. da Encarnação.

Algumas destas associações conhecidas no Brasil, nos séculos 17, 18 e 19, já apontavam no rumo da contestação social.

1.3 Sindicato Autônomo

Este sindicato diferencia-se dos demais pela sua posição de independência. Repele todas as instituições criadas pelos governantes, por ver nelas medidas e intenções suspeitas. Não aceita intromissões políticas e não mantém ligações ideológicas com nenhuma corrente filosófica. Sua independência é total! Individualista enquanto sindicato, limita sua ação às conquistas econômicas sem objetivos de emancipação social, tampouco admite e/ou almeja participar da revolução social.

1.4 Sindicato Reformista

Os "Sindicatos Reformistas" aceitam as situações políticas como uma obra em que vê falhas, mas admitem poder corrigi-las por meio da participação e da colaboração de líderes operários no Governo e adoção de leis regulamentares. (É o caso do Partido dos Trabalhadores do Lula.) Admitem os intermediários para resolver os problemas da classe trabalhadora, em vez da ação direta. Entregam à "boa vontade" dos legisladores a solução das suas necessidades, outorgando-lhes pelo voto procurações para falar e decidir por eles no parlamento, nos ministérios, posição que agrada demais aos governantes. Os reformistas aceitam como medida satisfatória salários e custo de vida determinados por decretos-leis sem se dar conta de que com essas medidas o Governo e seus aliados (industriais e comerciantes) é quem determinam o que os trabalhadores devem produzir, pagar depois ao patrão, com boa margem de lucro, os produtos que eles mesmos produziram com seus braços. Estabelece (com salários, preços das mercadorias e aluguéis) a quantidade e a qualidade dos produtos que os operários podem comer, vestir e onde terão de morar.

Os reformistas aceitam bem a tutela do Governo e confiam nos políticos ao mesmo tempo que desprezam a máxima: "A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores!"

1.5 Sindicato Político

Organismo vertical, imposto de cima para baixo, por meio de leis governamentais. Nele o trabalhador não tem expressão! É um número obediente às lideranças encarregadas de decidir pelos assalariados — sempre dentro dos estritos limites dos interesses do Estado.

No sindicato político os operários são conduzidos, têm quem pense por eles, quem lhes diga o que podem e devem fazer, e determine por decretos, o preço do seu trabalho. É um organismo castrado e castrador ao mesmo tempo, esterilizante, previne

conflitos sociais, submete os trabalhadores a aceitar as conciliações jurídicas, mitiga-lhe idéias e interesses políticos, dos quais nunca se beneficia.

Por meio destes sindicatos espúrios, os governantes controlam e determinam, através de leis, o quanto os assalariados podem ganhar, e, *ipso facto*, comer, vestir, calçar, estudar e onde morar!⁴ Braço sindical de ditadores, o sindicato político ganhou fama na Itália graças ao "casamento" do "socialista" Benito Mussolini, com a Igreja Romana responsável pelo nascimento do "*Grande Conselho Fascista*" de triste memória.

Hitler adotou métodos semelhantes aos do Duce e em pouco tempo Argentina, Portugal, Espanha, e Brasil, entre outros países, importaram-no.

Este modelo sindical agradou tanto e é tão útil aos governantes que os chamados democratas também o adotaram. A Rússia e os países que vivem sob a bandeira da "Ditadura do Proletariado", criaram a 3ª Internacional em 1919, a "Internacional Sindical Vermelha", braço político-sindical do Governo de Moscou, e um sindicalismo *sui-generis*: possui um luxuoso *Palácio Sindical* onde realiza encontros de líderes sindicais, debatem questões trabalhistas, analisam o progresso dos operários nos países burgueses e traçam planos de participação dos seus seguidores usando a máxima: "Os fins justificam os meios". Todavia dentro de suas fronteiras não existe liberdade de associação, de reunião, e *ipso facto* sindicatos, nem se pode deflagrar greves de nenhuma espécie. O Estado pela voz dos seus comandantes é quem decide pelos trabalhadores, inclusive como comemorar as datas históricas do Proletariado.

No Brasil, as bases do sindicato político foram lançadas em 1912, durante o Quarto Congresso Operário realizado no Palácio Monroe sob o comando do filho do então Presidente da República, deputado Mário Hermes.

4. Neste ponto coincide com os sindicatos reformistas. Nos restantes ultrapassados: suas diretorias são selecionadas pela polícia política, impostas pelo Ministério do Trabalho e todo o seu procedimento é burocrático, autoritário, não extrapola a órbita do Estado. (Foi assim na Alemanha de Hitler, na Itália de Mussolini, e assim na Rússia e no Brasil, entre outros países.)

Energicamente combatido pelos operários apolíticos nos anos subseqüentes, o sindicalismo político só veio a ganhar forma com o regresso do Major Reis, da Itália, onde fora copiar o modelo sindical de Mussolini por determinação de Artur Bernardes. Assim mesmo só se projetaria com a chegada dos “revolucionários” de 30 e a colaboração de Lindolfo Color, Evaristo de Moraes (pai), Joaquim Pimenta, Nicanor Nascentes e outros intelectuais “escorraçados dos sindicatos”. Implantado o Ministério do Trabalho formaram-se à sua volta os pelegos, nascendo por força de leis os sindicatos que aí estão servindo mais aos governantes que se sucederam neste meio século, do que ao proletariado do Brasil.

1.6 Sindicato Revolucionário ou Anarco-Sindicalista

Sindicatos formados a partir das doutrinas aprovadas nos Congressos realizados pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

O sindicalismo revolucionário ganhou foros de idéia universal firmado na solidariedade humana, independente de sexos, raças, cores, crenças religiosas, nacionalidades a partir do Primeiro Congresso da AIT, tornando-se ao mesmo tempo uma doutrina e um método de luta. Como doutrina parte do elemento humano, célula componente da sociedade. Dentro deste prisma, prevê, em suas múltiplas funções, a educação social, a instrução racionalista, a disseminação de uma cultura ampla, livre e a preparação do homem para que este possa revelar e desenvolver todas as suas potencialidades artísticas, técnicas e científicas em ordem crescente, evolutiva, de modo que o indivíduo adquira todos os conhecimentos indispensáveis à boa formação: física, psíquica, ambiental, embasada pela liberdade plena, responsável, pela solidariedade, pelo apoio e ajuda mútua.

Dentro da concepção sindicalista revolucionária um homem vale um homem e a felicidade ou infelicidade de cada componente da *Nova Sociedade*, corresponde igualmente à felicidade ou infelicidade de todos e de cada um. O indivíduo – dentro do sindicalismo revolucionário -- é a coisa mais importante a desenvolver e a preservar. É um atleta sempre em busca de aperfeiçoamento.

Para além das reivindicações económicas os sindicalistas almejam a constituição de uma sociedade de irmãos, dentro do harmónico e integral desenvolvimento das inúmeras energias e necessidades afectivas, intelectuais e sociais, começando pela educação da criança, seguindo com os adolescentes e alcançando plenamente o adulto, com vistas a erradicar os atavismos deformadores do carácter do homem. Objectivam dessa forma impedir também, pela educação racionalista o domínio do mais forte, mais inteligente e/ou mais audacioso, sobre o mais fraco, menos favorecido por seu Q.I. e pela audácia.

Com seu corpo de doutrina, o sindicalismo pretende ligar os homens emocionalmente pelo coração e pelo cérebro, associá-los voluntariamente, por interesses comuns.

Os mais importantes componentes educacionais, dentro deste prisma, são o exercício da liberdade plena, da responsabilidade e da igualdade social. Só um homem capaz de movimentar os braços e o cérebro sem líderes ou tutores estará em condições de proporcionar a felicidade humana, de criar um Mundo Novo.

Em seu método de luta, o sindicalismo revolucionário prevê anulação das leis, do capitalismo, do Estado!

Sua força reside no conjunto de agrupamentos voluntários, ligados voluntariamente em função da igualdade social, dispostos a eliminar – através da acção directa – os males da sociedade burguesa, e como realização prática e experimental – porque tudo é permanentemente evolutivo, apoiado em leis científicas, sociológicas e psicológicas – pretende criar organismos captadores de energias capazes de produzir o pleno desenvolvimento da justiça social, e pelo trabalho livre, associado, capacidade para formar uma Nova Sociedade onde todos os seres humanos, independentes de idade, sexo, e ou cor, possam conviver pacificamente, produzir de acordo com suas capacidades e possibilidades e usufruir de conformidade com as suas necessidades, tanto as riquezas naturais como as provenientes do trabalho de todos e de cada um.

2.1 Sindicalista

O sindicalista revolucionário distingue-se do sindicalista político e da massa! É um homem pensante, estudioso, reto, ideologicamente consciente. De conduta exemplar, é cumpridor dos seus deveres, exigente em seus direitos, um artista em sua profissão. Coerente com suas idéias – tanto quanto possível dentro da selva de pedra em que vive – no trabalho, no lar, na sociedade. Sem superstições religiosas e/ou políticas, o sindicalista adquire hábitos e costumes anticlericais, por ver na Igreja uma instituição obscurantista histórica. Não acredita nas coisas divinas e/ou prontas, definitivas, é um estudioso em busca da verdade, do aperfeiçoamento no vasto campo do conhecimento humano, robustecendo sua cultura sociológica, psicológica e humanitarista.

Não quer ser um mero espectador, um simpático operário-padrão, sempre de acordo com o último orador político que lhe acena com melhores salários, o equivalente a estômago mais cheio em troca do silêncio e do voto. Ao contrário, sabe que o ser humano possui um cérebro bem acima daquele órgão digestivo. Suas convicções encaminham-no para metas mais amplas, globais, onde as vantagens econômicas (sem as desprezar enquanto integrado no regime burguês!) e/ou individuais se perdem dentro do geral, do todo! É que ele propugna pela igualdade social, cultural e humana. Possui ideais sadios, de transformação, emancipadores onde acima do “teu” e do “meu” está “o nosso”!

Quer a derrocada do Estado por ver nele um poderoso gerador de violências, de vícios, do jogo, da chantagem, da corrupção do conforto, e sobretudo do parasitismo das profissões e atividades improdutivas, inúteis, nocivas ao homem, à coletividade!⁵

5. Não é desacerto mostrar fatos concretos: “Na profissão de sapateiros preponderava em S. Paulo o elemento italiano que trouxe da sua terra um hábito que consistia em festejar todas as segundas-feiras o seu patrono: São Crispim.

Em virtude de o calçado Luiz XV ser bem pago por peça, as oficinas transformavam-se naquele dia em casa de jogos carteados e bebidas. Não raras vezes acontecia brigas causadas pelo estado de embriaguês daqueles que

2.2 Escolas de Militantes de Educação Social

Tomando consciência de que o ensino estatal obedece a um plano condicionador, alienante, o trabalhador sindicalista aderiu ao movimento pedagógico renovador.

No *Congresso das Bolsas de Trabalho* em Paris, no mês de setembro de 1900, e no *Congresso Libertário de Amsterdã* em 1907, as teses mais apaixonantes giraram em torno do “ensino monopolista oficial” e do ensino livre, destacando-se então a necessidade de criar métodos capazes de promover o desenvolvimento de todas as potencialidades do indivíduo, possibilitando-lhe perceber a verdade científica, histórica, social e humana.

O sindicalista distinguia as raízes culturais, o amor à terra de nascimento da pátria, do clero, da burguesia exploradora e dos políticos governantes. E para opor-se à “patrioteira educação moral e cívica”, encarregada de introduzir no inconsciente da infância a concordância com a discriminação social, principalmente nos filhos dos assalariados, os únicos que produzem riquezas, fundou suas próprias escolas, dentro dos sindicatos e, ou a eles vinculadas.

“A Escola Moderna – com base nos métodos educacionais desenvolvidos por educadores libertários – pretende combater quantos preconceitos dificultem a emancipação total do indivíduo e para isso adota o racionalismo humanitário, que consiste em incutir à infância o afã de conhecer a origem de todas as injustiças sociais, para que, com o seu conhecimento, possa repudiá-las, opor-se a elas. Combater as guerras, a desigualdade entre os homens e as mulheres, os inimigos da harmonia humana, a ignorância, a maldade, a soberba, e demais defeitos que dividem os homens em vítimas e tiranos”.

se excediam na bebida. Quando a União dos Artífices em Calçados começou a estender a sua influência nos meios operários e a organizar fábricas e oficinas, o tradicional costume de jogar e beber, e até de brigar nos locais de trabalho, foi sistematicamente suprimido e substituído pelo folheto, jornais, livros e discussões em torno da questão social. Esta obra de ilustração dos sindicatos, que visava disseminar a cultura entre os trabalhadores, foi confirmada pelo relatório de um delegado de polícia da Cidade de Santos que disse que à medida que crescia o número de sindicatos operários diminuiam os crimes naquela cidade” (*Memórias de Pedro Catalo*).

Apoiados em ensinamentos nobres, humanitaristas contidos nesta breve amostragem, os sindicalistas fundaram escolas e universidades livres. Antes de findar o século 19 e nas décadas seguintes, imigrantes chegados da Europa inauguraram em Campinas a *Escola Germinal*; a *Escola Eliseu Reclus* (em Porto Alegre); a *Escola Moderna* nº 1 e nº 2 em S. Paulo, a *Universidade Popular de Ensino Livre*, à rua da Constituição, 47, sobrado, Rio de Janeiro, 1904; a *Escola Primeiro de Maio*, em Vila Isabel, e dezenas e dezenas de escolas alfabetizadoras, profissionalizantes e de ensino secundário.

Em seu vastíssimo programa educativo e libertador tinham embutido cursos de militantes, visando revelar talentos para escrever, fazer jornais, discursar nos comícios comemorativos e de protesto; sustentar debates ideológicos e representar peças sociais nos palcos de suas associações.

2.3 Congressos Sindicais

Reuniões em nível regional, nacional e/ou internacional. Centro de debates das teses apresentadas pelos delegados dos sindicatos federados, depois de analisadas e discutidas nas assembleias das bases.

O Congresso – dentro das normas sindicalistas-libertárias – é o depositário dos princípios filosóficos da organização, bem como dos acordos firmados em congressos anteriores.

Por isso, só um Congresso pode rever, reformar ou revogar acordos emanados de congressos anteriores.

Em tempos idos em que governantes *respeitavam* organizações operárias livremente associadas, as Centrais Operárias apolíticas recusavam-se atender às determinações governamentais para modificar posicionamentos adotados em congressos, sob alegação de que só outro congresso de trabalhadores poderia aprovar tais modificações e nunca uma mera ordem política administrativa.

Os congressos podem ser ordinários (convocados dentro dos prazos previamente estabelecidos nos estatutos) ou extraordinários, quando aconselhados por motivos de força maior. Só estes últimos, convocados expressamente com fins determinados, podem tratar e aprovar alterações básicas na organização operária apolítica.

O primeiro e significativo marco sindicalista foi firmado no mês de setembro de 1864, em Saint Martin's Hall, Londres.

Ali foi debatido projeto dos operários franceses Henri Tolain, Perrachen e Limousin, iniciadores da AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) e aprovada a comissão encarregada de elaborar seus estatutos, recaindo a escolha em Wolf e Le Lubez.

Em seu preâmbulo lia-se:

“Considerando: que a organização dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores; que os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação, não deve constituir novos privilégios, mas estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; que a sujeição do trabalhador ao capital é a fonte da escravidão política, material e moral; que por isso mesmo a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande objetivo a que deve subordinar-se todo o movimento político; que os esforços feitos até agora fracassaram por falta de solidariedade entre os trabalhadores das diferentes profissões, em cada país, e a união fraternal entre trabalhadores de diversas regiões; que a emancipação dos trabalhadores não é um problema unicamente local ou nacional, mas, pelo contrário, é um problema que interessa a todas as nações civilizadas, estando necessariamente subordinada sua solução ao concurso teórico e prático dos mesmos, que o movimento que se está efetuando entre os trabalhadores dos países industriais do mundo inteiro, idealiza novas esperanças de um solene aviso para não incorrer de novo em antigos erros, e aconselha reunir todos os esforços até a hora final: Por essas razões, os abaixo assinados, membros do Conselho eleito pela assembleia de 28-9-1864, em Saint Martin's Hall, de Londres, tomaram as medidas necessárias para fundar a *Associação Internacional dos Trabalhadores*”.

Isto posto, foi marcado o 1º Congresso de 3 a 6 de setembro de 1866 em Genebra, ao qual compareceram 60 delegados, sendo 33 suíços, 17 franceses e 10 alemães. Foram debatidos 11 pontos muito significativos, todos apolíticos.

O 2º congresso da AIT realizou-se em Lausana, no ano de 1867, com a participação de Marx e outros intelectuais. O 3º foi em Bruxelas de 6 a 13 de setembro de 1868, e o 4º realizou-se em Basileia, no ano de 1869.

A 18 de março de 1871 é proclamada a Comuna de Paris dando nova dimensão a luta social. Muita gente foi presa, deportada e condenada à morte, inclusive membros franceses da AIT. Sem

levar em conta a perseguição aos trabalhadores da França, sem um gesto de solidariedade para com os presos, alguns intelectuais engajados na AIT *forçaram* a realização do 5º Congresso em Haia, no ano de 1872. Neste Congresso Marx conseguiu a expulsão de Bakunin e outros libertários, dando origem ao nascimento de duas correntes distintas: a autoritária liderada por Marx, facção levada em seguida para a América do Norte onde morreu; e a libertária, tendo como motor de propulsão Bakunin, Elisée Reclus, James Guillaume e outros. Atualmente a AIT tem sede na Espanha.

A corrente sindicalista libertária chegou ao Brasil com os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis nas últimas décadas do século 19. Na primeira década do nosso século realizou o seu 1º Congresso no Brasil.

Foi em abril de 1906, no Centro Galego, Rio de Janeiro. O 2º Congresso aconteceu em 1913, no Centro Cosmopolita, à rua do Senado e o 3º Congresso em 1920, na sede dos tecelões, à rua do Acre, 19, sobrado. Tanto nos congressos nacionais como nos estaduais (três em S. Paulo, quatro no Rio Grande do Sul, um no Paraná e um em Minas) o sindicalismo revolucionário foi motivo de debates e resoluções como esta:

“O 3º Congresso Operário Brasileiro, visa, principalmente, fortalecer e firmar uma orientação de princípios, idéias e doutrinas, capazes de conduzir o trabalhador, em geral, pelo caminho justo e humano da reivindicação de melhorias sociais; assentar planos de propaganda sindicalista e de conscientização; de coordenação associativa em todo o país, inclusive no campo, para, através de sólida união nacional, fazer valer as conquistas operárias, garantindo o direito à participação como produtor de riquezas que absolutamente não usufrui. Deseja também traçar uma diretriz doutrinária, ideológica, instrutiva, de cultura proletária, para que, consciente dos seus direitos e deveres, a família assalariada saiba exigir a sua real participação nos benefícios, nas benfeitorias, trabalhadas e fabricadas por uma pléiade abnegada de artífices sempre em demanda e marginalizados pela sociedade”.⁶

6. As teses debatidas e todas as resoluções dos Congressos nacionais e estaduais encontram-se em *Aivorada Operária*, F. Rodrigues, Rio, 1980.

2.4 Princípios da AIT

19 O sindicalismo revolucionário, baseando-se na luta de classes, tende à união de todos os trabalhadores manuais e intelectuais dentro de organizações econômicas e de combate, que lutam por sua libertação do duplo jugo do salário e do Estado. Sua finalidade consiste na reorganização da vida social, assentando-se sobre base libertária, mediante a própria ação revolucionária da classe trabalhadora. Considerando que só as organizações econômicas do proletariado são capazes de alcançar este objetivo, o sindicalismo revolucionário se dirige aos trabalhadores em sua qualidade de produtores, de criadores de riquezas sociais, para sempre e desenvolver entre eles, em oposição aos modernos partidos operários,⁷ a quem declaram incapazes de uma reorganização econômica da sociedade.

20 O sindicalismo revolucionário é inimigo convicto de todo o monopólio econômico e social, tendendo à sua abolição, mediante a implantação de comunas econômicas (Municípios) e de órgãos administrativos regidos por trabalhadores dos campos e das fábricas, tomando um sistema de Conselho Livres, sem subordinação a nenhum poder nem a partidos políticos. O sindicalismo revolucionário éria contra a política do Estado e dos partidos a organização econômica do trabalho; opõe-se ao Governo do homem sobre o homem e a gestão administrativa das coisas. Não é, por conseguinte, sua finalidade a conquista dos poderes políticos, e sim a abolição de toda a função estatal da vida da Sociedade. O sindicalismo revolucionário considera que com o desaparecimento do monopólio da propriedade deve desaparecer também o monopólio da dominação, pois, toda a forma de Estado, qualquer que seja o seu rótulo, não podera ser nunca o instrumento de libertação humana. Ao contrário, será sempre o criador de novos monopólios e novos privilégios.

39 O sindicalismo revolucionário é oposto a todas as tendências de organizações inspiradas no Centralismo e no Estado, e tudo aquilo que possa servir para prolongar a vida do Estado e da autoridade, e que possa anular sistematicamente o espírito de iniciativa e de dependência do pensamento. O Centralismo é a organização artificial que supera as chamadas partes baixas e as intituladas superiores, abandonando nas mãos de uma minoria a regulamentação dos estatutos de toda a Comunidade, convertendo o indivíduo num autômato de gestos e movimentos dirigidos. Na organização centralista, os valores da sociedade são relegados por interesses de alguns, e a variedade é revezada pela uniformidade, a responsabilidade pessoal é substituída por uma disciplina inanimada. E, por esta razão, é que o

7. Os “Modernos partidos operários” aqui referidos eram os do século 19 mas valem para os de 1985-86.

sindicalismo revolucionário assenta sua concessão social em ampla organização federalista, quer dizer, a organização de baixo para cima, a livre união de todas as forças sobre a base de idéias e interesses comuns.

4º - O sindicalismo revolucionário rechaça toda a atividade parlamentar e colaboração com organismos legislativos, porque entende que o sistema de sufrágio, por mais livre, não pode fazer valer as evidentes contrariedades que existem no seio da sociedade atual e porque o sistema parlamentar só tem um objetivo: o de serviçal ao nível da mentira e das injustiças sociais”.

3.1 As greves de Ontem e de Hoje

a) No Código Penal de 1890, o legislador brasileiro, introduziu dois artigos para punir trabalhadores que reclamassem melhorias econômicas e humanas:

“art. 205 - seduzir ou aliciar operários ou trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados, sob promessa de recompensa ou ameaça de algum mal, penas: Prisão celular de um a três meses e multa de 200\$ a 500\$00;

art. 206 - Causar ou provocar cessação ou suspensão de trabalho para impor aos operários ou patrões aumento ou diminuição de serviço ou salário, pena: Prisão celular por um mês a três meses”.

No mesmo ano, “benevolente” legislador, para amortecer os protestos apresentou o Decreto nº 1.162 alterando parcialmente os arts. 205 e 206, sem lhes tirar o poder punitivo.

Por essa época a jornada diária de trabalho oscilava entre 10 e 16 horas e aos domingos ia até ao meio-dia. Os filhos dos operários, de cinco a oito anos de idade, procuravam trabalho nas fábricas para ajudar no sustento. Brutalmente explorados, muitos deles foram mutilados pelas máquinas. Outros obrigados a trabalhar de noite, embora o Decreto nº 1313, de 1891, (introdutor no “Direito Civil da regulamentação do trabalho das crianças e adolescentes”) o proibisse.

O patronato tinha do seu lado a polícia, os juizes, os políticos e o governo com todo o seu poder repressor. Podiam desprezar os direitos humanos, torturar e violentar o organismo infantil, abreviar a vida dos produtores de riquezas que acumulavam: o governo garantia. . . Aos operários - crianças e adultos - não se lhes facultava o direito de defesa.

“O proletariado era - no dizer do espanhol José Prat - uma grande massa de máquinas humanas, secularmente assalariadas, isto é, escravas, dependentes de outra classe, que deviam produzir e reproduzir-se para que as classes burguesas pudessem viver parasitariamente e desfrutar de tudo”.

Apoiado na mesma lógica, Ubair Gohier vai mais longe:

"A sociedade não se transformará por meio de leis, porque se as leis tivessem tais poderes, nunca seriam aprovadas, uma vez que a casta de legisladores está interessada só em seus privilégios, (estava longe de imaginar as vantagens que viriam a conseguir no final do século 20 os nossos legisladores) perpetuar a iniquidade, base do seu poder e do seu prazer".

Foi então que os trabalhadores alertados para essa realidade – a mesma que ainda predomina hoje com insignificantes variações – optaram pela *ação direta*, consciente, emancipadora e revolucionária!

Exigiram a redução da jornada de trabalho até alcançar os oito horas com descanso semanal aos domingos; o seguro obrigatório em caso de acidentes de trabalho; um tratamento mais humano e mais justo da parte dos patrões e das autoridades; pleitearam melhores condições de higiene; bateram-se pela obrigatoriedade do pagamento dos salários em dia certo e em dinheiro, (grande parte dos patrões pagavam com *vales* para ser trocados por alimentos em seus armazéns, a preços mais caros do que nas outras lojas); reivindicaram o direito e a liberdade de reunião e associação, tantas vezes burlados pelas autoridades; lutaram por um lugar digno dentro da sociedade; combateram publicamente os aumentos do custo de vida, dos alugueis; as guerras, as revoluções e o serviço militar obrigatório.

Comemoravam-se datas históricas como o dia *19 de Maio*, a *Toma da Bastilha*, a *Comuna de Paris*, as *Condenações de Sacco e Vanzetti*, e *Francisco Ferrer y Guardia*, fazendo dessas datas dias de protesto contra os governantes, dando vidas em holocausto de: Polénice Mattei (1892); José Martínez (greve 1917); José Plácido de Albuquerque (1920); Constante Castelani, e Cântico de Souza (1920-22); Pedro Augusto Mota, Nino Martins, Nicolau Parada, José Alves do Nascimento e José Alves Fernandes Varela (1924/25, Campo de Concentração do Oiapoque, Clevelandia); Antonio Dominguez (1928); Victorino Dominguez (1933) e outros bravos idealistas.⁸

8. Em nossos livros *Socialismo e Sindicalismo no Brasil – 1675 – 1913; Nacionalismo e Cultura Social – 1913-1922*; e *Novos Rumos – 1922-1945* encontrará o leitor maiores subsídios sobre estes delitos da burguesia.

Protestavam igualmente contra crimes como o que a seguir se reproduz:

"O nosso objetivo não é verificar se o cão tem privilégio de fazer salsicha de uma criança ou um polícia receber dinheiro dos proprietários para perseguir trabalhadores, senão o de despertar alguém que dorme em cima dos teares, na fábrica, nas oficinas, nas construções, nos campos, em toda a parte onde há um vestígio de exploração, e esse alguém é o proletário, o homem que nada possui, produzindo tudo.

Clamar constantemente contra determinado regime de horário e de salário, contra certas disposições disciplinares nas fábricas, nas oficinas e nas ruas, contra os cachorros guardar as fábricas com perigo de vida para os trabalhadores, é triste, é lamentável, é covarde, porque clamar foi de épocas absurdas, em tempo em que as consciências humanas esperavam, do altíssimo, as grandes justças e as liberdades".

"Enfrentando as classes dirigentes pela abolição do salário e da propriedade, os trabalhadores não-de adquirir os bens que a burguesia usurpou, encañalhou e empocalhou".⁹

Os trabalhadores sindicalistas (até 1930) declaravam greves de efeitos morais, de protesto, de solidariedade,¹⁰ por redução de horário de trabalho, por questões de higiene nos locais de trabalho, contra a falta de limpeza nas padarias, nos bares (ao tempo os açucareiros eram abertos e serviam também de almoço às moscas) entre outros motivos de grande significação, inclusive movimentos de cunho insurrecional como a greve da Companhia Paulista em 1906, pelas oito horas em 1907/8 e 1917, em S. Paulo; no Rio de Janeiro em 1918 e 1921; pelas oito horas nas Docas de Santos,¹¹ quando a cidade foi transformada em praça de guerra e a polícia do doutor Ibraim

9. *A Voz da União*, S. Paulo, 4-11-1922. Os dois meninos devorados por cães chamavam-se Daniel e Damiani.

10. Neste sentido recorda-se a solidariedade dos sapateiros de S. Paulo para com os seus companheiros tecelões em greve no ano de 1923. Para vencer a resistência dos patrões "cada sapateiro assumiu o compromisso de tomar conta de um filho de um tecelão e sustentá-lo em sua casa até à vitória". Gesto semelhante aconteceu na Itália e Portugal durante greves de mineiros. São iniciativas dos sindicalistas revolucionários as "Cosinhas Coletivas" para alimentar famílias de grevistas no Rio de Janeiro (V. *Trabalho e Conflito*, de E. Rodrigues, 1977, Rio).

11. Durante esta greve quem prestou solidariedade dos sapateiros foram os donos dos restaurantes, quase todos espanhóis, fornecendo comida gratuitamente aos grevistas e suas famílias.

foi transformada em praça de guerra e a polícia do doutor Ibram Nobre caçava trabalhadores a laço à luz do dia, nas ruas de Santos, apoiada pelos navios de guerra com sua artilharia apontada para a cidade.

As greves tinham um critério seletivo, de consciência de classe, orientação ideológica, sindicalista revolucionária, embasadas, num corpo de doutrina, e a cobertura da imprensa libertária *A Plebe*, (diário de S. P., 1919); *Voz do Povo*, (diário, 1920, Rio); *Vanguarda Operária* (diário, S. Paulo, 1922) e *A Hora Social* (Recife); semanários como: *La Bataglia*, *O Amigo do Povo*, *A Terra Livre*, *A Voz do Trabalhador* e inúmeros quinzenários e periódicos, orientados pela doutrina sindicalista revolucionária, todos feitos, pagos, distribuídos e escritos por trabalhadores para trabalhadores, num verdadeiro mutirão.

O trabalhador sindicalista incluía na sua luta a “boicotagem”, a “sabotagem”, a greve de “resistência”, de “ventres” e “econômica” para fazer frente à escassez da vida e dos aluguéis. Dentro do conceito sindicalista revolucionário, a greve é um meio de luta e não um fim! O trabalhador pretende atender as necessidades imediatas, mas a sua meta maior compreende a emancipação social, cultural e humana, a insurreição geral expropriadora e a formação de uma Nova Sociedade sem compromissos políticos, onde um homem vale um homem!

Por isso combateu sempre os operários “amarelos” (Krumiros), os “Bagrinhos”, os “aliancistas” políticos, os reformistas e arbitragem. Sua caminhada é revolucionária e humanitarista!

O trabalhador bem formado ideologicamente entendia que, sendo ele o único produtor de riquezas, a ele cabia decidir os destinos e a distribuição e a mais ninguém!

b) Com os sindicatos políticos, implantados em 1930, acabaram-se as greves temporariamente! O Ministério do Trabalho, criado pelo Governo “revolucionário”, e seus juriconsultos converteram em leis todos os deveres dos trabalhadores. A partir dessa data, no Brasil, os assalariados tinham como procuradores o Governo e seus bem mandados servidores. O discordante, se fosse estrangeiro, era expulso, e se brasileiro nato, sofria as penas da lei. O nazista Felinto Müller e seus secretas é quem se encarregavam desta “limpeza”

Com o fim da Guerra o nazi-fascismo perdeu seu “prestígio” e o seu líder no Brasil foi deposto em 1945. Mas mesmo com Getúlio Vargas “afastado” pelos que até então o sustentaram no poder, nada mudou. As leis fascistas continuaram valendo para seu sucessor e o sucessor do sucessor.

Por falta de memória do povo, Vargas retornou à presidência e não suportando as críticas que lhe faziam praticou um gesto de rara nobreza: suicidou-se!

Assim mesmo a máquina de calcular aumentos e rever “direitos” dos assalariados não encerrou suas atividades. Os sindicatos continuaram atrelados ao carro do Estado.

Insuflados pela demagogia dos pelegos e dos políticos sindicais, o trabalhador aderiu às greves inconsequentes dando “motivos” para o golpe de 1.º de abril de 1964, com o terreno já aplainado pelo Movimento das Mulheres: “Deus, Pátria e Família”.

Nasceu então a ditadura abençoada pela Igreja, financiada pelo capitalismo, aplaudida pela burguesia! Com ela chegou a repressão e o silêncio! E o monstro cresceu. . . ficou informe, esmagou “revolucionários” que não “conseguiram” acompanhar a marcha “triumfal”, inclusive membros da Igreja foram atingidos. Filhos de servidores da ditadura espancados, presos nas Universidades, alguns mortos e a inflação apoiada pela recessão “promoveu” o aumento dos famintos abalando o sistema montado em alicerces de lama. Castigada por suas contradições, a Igreja – que nunca viu com bons olhos as reivindicações operárias – revela Lula e outros sindicalistas políticos. Explode a greve de 1978 no ABC paulista:

“1.500 operários vão à missa celebrada em ação de graças aos metalúrgicos do ABC, no estádio Municipal “Lauro Gomes” de S. Caetano do Sul”.

Colhido de surpresa pelo “movimento paredista”, o ditador não encontra respaldo a tempo para castigar os metalúrgicos. Veio o acordo:

“63% de aumento para quem ganhava até três salários mínimos; 57% de três a 10 salários; e 44% para os demais”

Dir-se-ia que foi inaugurado um novo ciclo de greves econômicas após 15 anos de ditadura.

Lixeiros e professores paulistas param por aumentos de salário; em Minas os trabalhadores da construção civil declaram greve e ocorrem atos de violência. Em S. Paulo acontece o mesmo com os bancários.

As greves dos professores, motoristas, médicos, metalúrgicos e outras classes profissionais revelam um fato curioso: em "seis meses do Governo João Figueiredo os trabalhadores deflagraram 83 greves em 12 Estados envolvendo 1 milhão e 200 mil assalariados" contra "66 greves nos últimos cinco meses do Governo João Goulart, que deram 'motivo' a sua derrubada."

Ao dobrar do ano, em plena nova/velha república, os trabalhadores do Arsenal da Marinha¹² desencadearam movimento paredista por melhores salários. Pediam "100% de reajuste" e outras melhorias. Nos últimos 10 meses de 1985, só no Rio de Janeiro eclodiram 60 greves, 95% das quais foram resolvidas nas mesas de negociações, robustecendo a tese de que os trabalhadores continuam delegando poderes aos políticos para resolver suas questões econômicas e sociais. Que, distante mais de meio século da Revolução de 30, o proletariado continua subjugado, optando pelo reformismo, sem despertar para o sindicalismo revolucionário. Não se deu conta de que a *emancipação dos trabalhadores terá de ser obra dos próprios trabalhadores!!!* Que esta nunca se fará por procuração com o auxílio da arbitragem política.¹³

Não é por acaso que assistimos ao nascimento de novos profissionais: os Negociadores Trabalhistas, para quem se abre um rendoso e promissor Mercado de Trabalho. É mais uma classe de parasitas a

12. Vale registrar que os arsenalistas foram dos primeiros a deflagrar greves no Rio de Janeiro, a fundar associações operárias, bem como a publicar jornais de combate. Data de 1880 a *União Operária*, e o jornal *O Nillista*, dos arsenalistas. Em *Trabalho e Conflito e Socialismo e Sindicalismo no Brasil -- 1675-1913*, de F. Rodrigues, encontrará o leitor outras referências à movimentação dos arsenalistas do Rio.

13. Em breve autocrítica do PCB, comunistas reforçam nossa tese: "O representante do Ceará, Antonio Queiroz reconheceu que os comunistas desconheciam a diferença entre participação sindical e luta política". (*Jornal do Brasil*, 8-12-1985).

somar-se às que nada produzem no Brasil, vivendo do esforço dos trabalhadores.

c) "Negociações Salariais", "Acordos de Cavalheiros", "reforma agrária política", "Constituinte", "Pactos Sociais", "recusa do pagamento da dívida externa", "escorraçar os agentes do FMI" e outras medidas sugeridas pelos trabalhadores (?) e/ou greves puramente econômicas com repasses dos aumentos conseguidos para o proletariado não diminui a sua penúria.

As origens de todos os males que afligem e esfomeiam os trabalhadores estão aqui mesmos!!! São todas brasileiras!!!

Patrão é patrão, independente de nacionalidade!

As dívidas do governo não são dívidas dos produtores de salário mínimo ou pouco mais! Resultam do esbanjamento, do dinheiro estafado com comissões, verbas mal empregadas, negociatas, corrupção, má administração e desvios do Brasil para bancos no exterior.

Aumento gera aumento! Salário reajustado dá pretextos a majorações de preços com uma diferença de que os ordenados o são uma vez a cada seis meses e os gêneros diariamente implementando uma inflação global de 250% ao ano.

Por que não mudar então o critério das greves neste restinho de século 20? Afinal já ficou provado que greves por aumentos salariais num país inflacionário, de dinheiros desviados dos seus reais destinos, com empresas estatais deficitárias e operários sem casa e sem pão pedindo mais nacionalizações, não resolve! Tampouco faz sentido o esvaziamento dos cofres municipais, estaduais, federal e das autarquias para pagar aos parasitas e ainda se perdoa o imposto sobre a renda a magistrados, procuradores, ministros, generais e outros marajás e cobra-se o mesmo imposto ao trabalhador braçal e aos aposentados, inclusive o INPS, compulsoriamente. Que banqueiros canalizem dinheiro até de clientes para o exterior e ladrões de fundo de quintal apodreçam nas cadeias, e/ou que a vice-presidência (sem vice!) estafe "2 bilhões e 92 milhões", o senado federal gaste com "64 empregados para cada um dos 69 senadores, a bagatela de "98 bilhões dos quais 70% com operações plásticas, corte, pintura e limpeza de unhas, cursos no exterior e comes e bebes" quando a imprensa nos informa que no Recife estão nascendo crianças-pigmeus menores do que os Africanos e 40% dos 130 milhões de

brasileiros é gente faminta que nem força tem para pedir. Para corrigir tais distorções uns míseros aumentos salariais não resolvem!

No Brasil como em qualquer país do nosso planeta – um homem vale um homem!!!

O proletariado-produtor, se quiser sobreviver dignamente, tem de atualizar seus métodos de luta com base nas estrofes do hino *A Internacional*: “*Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres*”.

Os tempos mudaram! As greves hoje devem ser de efeito moral e de pressão contra a corrupção no Governo e fora dele!

As principais fontes geradoras de riquezas resumem-se a quatro: a) indústrias; b) minas; c) agricultura e d) pesca. Tudo o mais são atravessadores, intermediários, cobradores de impostos, contabilizadores, achacadores, golpistas e parasitas.

Logo os assalariados das fábricas, das minas, dos campos e do mar são os responsáveis por estas quatro fontes de produção, e têm, por isso mesmo, o direito humano de fazer greves contra os esbanjadores dos produtos dos seus esforços, sejam eles prefeitos, governadores, deputados e/ou funcionários que auferem salários bilionários em troca do nada que fazem, sem falar dos milhares que ganham por dois ou três empregos aos quais nem comparecem, quando existem ruas sem calçamento, cheias de buracos, falta esgotos, sem água potável e os detritos produzem focos de mosquitos transmissores de muitas doenças.

Os trabalhadores-produtores de riquezas podem protestar por meio de greves contra o evaporação do dinheiro de suas contribuições para o IAPAS, inclusive o emprego de médicos e demais pessoal da “saúde” que além de atender mal àqueles que lhes paga (seus salários saem das contribuições dos operários) não “sabem” que rodo, água e sabão promove a higiene, “espanta” as baratas hospitalares e serve para lavar jalecos que os doutores esfregam nos balcões dos botequins para conseguir germes para “curar” seus pacientes!

É lícito aos trabalhadores fazer greves contra os achacadores, os remarcadores de preços das mercadorias que não produzem, bem como para desmascarar os desonestos e os propagandistas comerciais, tão nocivos ao bolso do povo quanto à saúde, à educação e à inteligência do ser humano!!!

E por que não deflagrar greves e/ou protestos contra funcionários ociosos e inúteis? E contra quem ganha mais de 10 salários mínimos e para que ninguém ganhe menos do que 10?

Telefones, passagens de avião, carros com motorista, casa, luz, empregados, só para os marajás, tudo isso por conta de quem produz com o suor do seu rosto. E empréstimos do FGTS (Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) aos “amigos do peito”, quando esse dinheiro pertence exclusivamente aos trabalhadores, são justos motivos para os operários fazer greve!

E se é certo (como nos garante o “santo padre”) que Deus quando fez o Mundo não doou o Céu nem a Terra a ninguém, a Terra é de todos. E se assim sucedeu, só quem trabalha no campo, o trabalhador rural, tem o direito de declarar-se em greve até que as terras ociosas sejam entregues a quem quer fazê-las produzir!!!

Para os “sindicalistas revolucionários” chegou a hora de inaugurar novas táticas de luta de classes, novos tipos de greves não-políticas, se é que o assalariado produtor de riquezas pretende sobreviver e entrar no século 21 como gente!!! Suas conquistas têm de ser feitas no Brasil mesmo! E não vai ser com a “nova” Constituinte, eleições diretas e/ou entrando na do Fidel Castro: pedindo que o governo do Brasil não pague a dívida externa, que vai acabar com a exploração do homem pelo homem e a desigualdade social e humana!!! Quem trabalha não pode pedir seus direitos por procuração, de joelhos. . .

3.2 Manifestações em Maio

a) Com a formação dos sindicatos políticos em 1930, Getúlio Vargas inaugurou um “novo” discurso político de 1.º de Maio. Ao invés da data histórica de protesto, escrita com o sangue do proletariado, o ditador converteu o 1.º de Maio em “Festa do Trabalho”, “comemorado” com um jogo de futebol e um discurso político-demagógico ouvido em silêncio, obrigatoriamente aplaudido pelos operários. E mesmo depois da sua derrubada, os hábitos deformadores continuaram. Até a data, o *1.º de Maio* continua um dia de festa: cantores, músicos fazem-se ouvir de graça nos mesmos palanques em que discursam políticos, cada um puxando a “brasa para a



Os Mártires de Chicago

sua sardinha”, sem alusões aos mártires de Chicago, ao seu verdadeiro significado e porque deve ser lembrado esse dia.

Recentemente, manifesto subscrito e distribuído pelos Sindicatos dos Bancários, Telefônicos, Calçados, Petróleo, Alfaiates e Costureiras, Carris, Energia Elétrica e Construção Civil, todos do Rio de Janeiro, aludiam assim ao 1.º de Maio:

“Hoje os patrões procuram-nos tirar a própria oportunidade de luta, através de Leis de Arrocho; o Fundo de Garantia foi feito para acabar com a Estabilidade, uma das mais justas e necessárias conquistas do trabalhador; o INPS trouxe a *anarquia*¹⁴ a Previdência Social, já insuficiente por natureza; o Plano Habitacional proporcionou novas negociatas para os capitalistas e promessas demagógicas aos operários; o Programa Especial de Bolsas de Estudos visou apenas transformar os Sindicatos em órgão assistenciais”.

Sem destoar muito deste manifesto, outros pediam o “fim da bagunça” e “Queremos viver e trabalhar em paz!”

b) Os Mártires de Chicago

Os mártires de Chicago amaram a beleza,
Raiando intensamente em toda a natureza!
Fui eu que acalentei no peito dos Heróis,
As doutrinas de Paz tão lindas como Sóis,
Que não-de tomar um dia o mundo fraterno,
Um mundo que não tenha a vida desigual
Que gera o vício, o crime, as lágrimas de dor:
Um mundo todo luz, um mundo todo Amor!

(A. Alves Pereira)

14. Esta afirmação de que o *INPS trouxe a anarquia* reflete o grau de ignorância dos dirigentes destes organismos sindicais, às vésperas do Centenário da Greve Geral (1886-1986) que lhe deu origem. Afinal o que significa o dia 1.º de Maio? Não é ele um dia de protesto contra o enforcamento de cinco anarquistas responsabilizados pela greve das oito horas de trabalho em Chicago, na América do Norte?

No ano do *Centenário da Greve Geral (1886-1986) que deu origem às manifestações de 1º de Maio*, nada melhor do que uma síntese de trajetória da luta do proletariado pelas oito horas diárias de trabalho que desembocaram na Tragédia de Chicago e no enforcamento de cinco trabalhadores anarquistas.

Antes de passar ao Calendário como data consagrada aos trabalhadores, o 1º de Maio foi um dia de reivindicações e de greves. Está ligado diretamente aos "MÁRTIRES DE CHICAGO", faz parte desta tragédia criminosa levada às últimas conseqüências pelo governo norte-americano em 1886-7, integra a luta pelas oito horas de trabalho diárias.

A primeira pessoa de que se tem notícias que dividiu o dia em três partes foi o monarca inglês Alfredo, no ano de 898. Dizia ele que precisava de oito horas para exercícios de piedade, oito para dormir e oito para recreação e estudo. E como não tinha relógio, regulava-se por tochas que ardiam em cada um dos períodos.

Ainda na Inglaterra, nos séculos XIV e XV, alguns artífices recusaram-se a trabalhar mais de oito horas quando a lei estabelecia 14. O escritor inglês Adam Smith também foi de opinião que a jornada de trabalho devia ser de oito horas e defendeu-a em suas obras, coincidindo com a recusa dos mineiros de Newcastle de trabalhar mais de sete horas por equipes.

Na Espanha, Felipe II, em gesto que ficou na história, decretou no dia 10 de fevereiro de 1579:

"Queremos e ordenamos que os mineiros trabalhem oito horas por dia, em dois turnos de quatro cada um".

Por sua vez o pedagogo Comenius (1592-1671), membro da seita "Irmãos Moravos" também proclamou a jornada de oito horas. Todavia, considera-se o pai das oito horas, Denis Veiras, nascido entre 1635/1638, em Alés. Viveu a maior parte de sua vida na Inglaterra, França e Holanda, e é autor da *História dos Sévarambes*, publicada em 1677.

Com objetivos sociais, Claude Gilbert (1652-1720) escreveu a *História da Ilha Calejava*, publicada em 1700, fixando a jornada de trabalho do povo dos Avafas em cinco horas.

Roberto Owen, no ano de 1817, estabeleceu as oito horas de trabalho, para um sistema comunitário de sua autoria.

No entanto, os primeiros trabalhadores a declarar-se em greve pelas oito horas parece ter sido os fiandeiros de algodão de Nottingham, no ano de 1825, seguidos dos operários filiados às *Trade-Unions*, de Manchester, que exigiam as oito horas em 20 de agosto de 1833, fixando o dia 1º de março de 1834, para entrar em vigor as 48 horas de trabalho semanais para os menores de nove a 16 anos de idade. Aderiram a este movimento na Inglaterra, as *Mulheres Jardineiras*.

Em Lyon, Gabriel Charavay, da facção blanquista, em março de 1849, pronunciou-se pela jornada de oito horas para todos os trabalhadores.

E, finalmente, de 3 a 8 de setembro de 1866, a Primeira Internacional dos Trabalhadores, em Congresso na cidade de Genebra, declara: "1º - O Congresso considera a redução das horas de trabalho, o primeiro passo para a emancipação operária". Esta posição é confirmada nos 2º e 3º Congressos (2 a 8 de set. de 1867 e 6 a 13 de set. de 1868).

Nos Estados Unidos da América do Norte as greves pelas oito horas começaram com os carpinteiros de Filadélfia em 1827. Mais tarde, por pressão operária, o presidente Van Buren "proibia que os meninos de Massachussets e Connecticut trabalhassem mais de 10 horas por dia, em 1842".

Em 1845, explodem novas lutas pelas oito horas em Nova Iorque, e em 1848, operários de uma firma de colonização neo-zelandeza conquistam as oito horas.

Desde então nunca mais cessaram os pedidos de redução de horários de trabalho até que em 1866, alguns congressistas americanos apresentam lei reduzindo a jornada de trabalho. No ano seguinte, um Congresso de trabalhadores em Chicago, força o governo a decretar (1868) as oito horas para os estabelecimentos da República Americana. Mas isso não era tudo que os operários queriam. E no mês de outubro de 1884, a "Federação de Agrupamentos do Comércio e Uniões de Trabalhadores dos Estados Unidos" decidem, em seu Quarto Congresso, realizado em

Chicago, levar a cabo a Greve Geral, para a conquista das oito horas de trabalho, elegendo o dia 1º de Maio de 1886, para início da grande arrancada social.

Esta data correspondia para a “*América do Norte, na prática, um dia de transações econômicas*”.

A greve explodiu no dia eleito pelos congressistas operários e no dia 4 de maio teve um desfecho regado a sangue humano, com muitos mortos e feridos. A tragédia resultou na prisão de oito anarquistas e sua condenação à morte, mediante um julgamento-farsa (conforme viria a declarar mais tarde o governador daquele estado ao libertar três dos oito condenados), quatro dos quais executados na forca (Luiz Lingg suicidou-se na véspera), em novembro de 1887. Os três restantes, num segundo julgamento, foi-lhes comutada as penas.

Os responsáveis maiores pela prática desse crime premeditado foram o juiz Gary, o promotor Grinnel, o governador do Estado e o Presidente da República.

A tragédia repercutiu no mundo com tanta intensidade, que o dia 1º de Maio converteu-se, pela persuasão do seu eco, em feriado universal. E, desde então, o dia 1º de Maio ficou na história como um marco a lembrar os mártires de Chicago que perderam a vida pelas oito horas de trabalho. Hoje, em muitos países o dia 1º de Maio é um dia de festa; noutros um dia de exibicionismo militar, de desfile de tanques de guerra, mas ainda há quem lhe dê o verdadeiro sentido e o comemore como um dia de protesto.

No Brasil o 1º de Maio até 1930, sempre foi comemorado como um dia de protesto. Os sindicalistas revolucionários, majoritários na luta de classes promoveram memoráveis manifestações na Praça da Sé, em São Paulo, na Guatemy Martins, em Santos e nas Praças Mauá e Onze no Rio de Janeiro, a cujos comícios acorreram imensa massa humana de operários. Todos sabiam o significado histórico desse dia regado com o sangue de cinco anarquistas: Luiz Lingg, Adolfo Fischer, Jorge Engel, Augusto Vicente Teodoro Spies, Alberto R. Parsons, enforcados; Samuel

Fielden e Miguel Schwab, condenados a prisão perpétua e a 15 anos Oscar W. Neeb, enquanto mais de uma centena de homens, mulheres e crianças morreram na Praça Haymark, no dia 4 de maio de 1886, pisoteados, fuzilados e espadeirados pela Cavalaria lanque.

Anos mais tarde os três que escaparam à execução foram libertados e declarados inocentes, tal como os cinco enforcados. Hoje resta um monumento no Cemitério de Waldheine em homenagem aos cinco anarquistas em cujo pedestal foram escritas palavras de Spies pronunciadas no final do julgamento: “*Não tardará o dia em que o nosso silêncio será mais eloqüente do que as vozes que acabais de sufocar*”.

3.3 Política Sindical não é o mesmo que Sindicalismo

a) Para explicar os sindicatos-políticos do “Ministério do Trabalho”, o Governo contou com Oliveira Rodrigues, *O Sindicalismo e a Realidade Brasileira*; Francisco Alexandre, *Teoria e Prática do Sindicalismo*; Péricles Madureira, *O Problema do Sindicalismo Rural*; Carvalho Neto, *Legislação do Trabalho, Problema e Doutrina*; Rego Monteiro, *Em Defesa do Direito de Associação*; Segadas Viana, *Organização Sindical*; Cesário Júnior, *Direito Corporativo e Direito do Trabalho*; Waldyr Niemeyer, *Movimento Sindicalista no Brasil*; Guilherme Gomes Matos, *Em Torno da Legislação Trabalhista Brasileira*; José Pinto Antunes, *Do Sindicato Operário*; Oliveira Viana, *As Novas Diretrizes da Política Social*; Evaristo de Moraes, Filho, *O Problema do Sindicato Único no Brasil* e outras publicações, apoiadas por “cursos de orientação sindical”.

Com a política sindical-fascista tão bem explorada o Governo só precisou exigir o cumprimento de suas leis. E para conter os discordantes criou os Tribunais Trabalhistas e de Segurança Nacional.

Recentemente, mudanças substanciais da Igreja em “favor dos pobres”, com o apoio e abertura de seus templos aos trabalhadores, a formação das “Juventudes Operárias Católicas” (que em tempos idos nunca prosperaram) revelou grevistas e

oradores, dando à questão trabalhista “nova” dimensão, quando alguns jovens intelectuais recolhiam para suas teses de doutoramento, dados na questão social, e cineastas motivos para filmes de curta-metragem.

Nesta fase-preâmbulo da falência do regime militar, apareceram livros como: *41 Dias de Resistência e Luta; C.G.T. no Brasil*, de Lucília de Almeida Neves; *Estado, Sindicato e Trabalhadores*, Editora Campus; *A C.G.T. e as Lutas Sindicais Brasileiras*, de Sérgio Amad Costa; *Porto Vermelho*, de Ingrid Sart; *Movimento Operário no Brasil* (antologia mal-alinhavada pelo compilador Edgard Carone); *As Greves de 1917 em S. Paulo* (antologia por Yara Aun Khoury); *Consciência Operária no Brasil*, de Celso Frederico; *Família de Trabalhadores: Estratégia de Sobrevivência*, de Elisabeth Dória Bilac; *O Engana Troxa Tá Caindo* (Teatro Operário); *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, de José Albertino Rodrigues; *Sindicalismo no Processo Político do Brasil*, de Kenneth Paul Erickson; *Sindicato e Democratização*, de Ricardo Maranhão; *Classe Operária no Brasil*, de Michel M. Hall em colaboração; *Origem do 1º de Maio no Brasil*, de Sílvia Regina Ferraz Petersen; *A Classe Operária e seu Partido*, de Hércules Corrêa; *O Movimento Sindical no Brasil*, de Jover Telles; *10 anos de Suor e Sangue*, de Manuel de Ó; *Sindicatos Brasileiros, Organização e Função Política*, de Hans Füchtner; *A Natureza da Pobreza das Massas*, de John Kenneth Galbraith; *O Vapor do Diabo*, de José Sérgio Leite Lopes; *Operário da Construção Civil*, de Ronaldo do Livramento Coutinho; *Trabalho Domesticado: A Mulher na Indústria Paulista*, de Eva Alterman Blay; *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, de Luiz Werneck Vianna; *Operário, Operária*, de Arakcy Martins Rodrigues; *A Mulher Operária*, de Maria Valéria Junho Pena; *A Imprensa Operária no Brasil*, de Maria Nazareth Ferreira; *A Greve de 1917*, de Miguel Bodea; *Os Companheiros*, de Paula Beiguelman; *Crônica da Vida Operária*, de Roniwlater Jatobá; *Greve de Massa e Crise Política*, de José Alvaro Moisés; *A Vanguarda Operária*, de Celso Frederico; *Conflito Social no Brasil*, de Janaína Amado; *Cultura de Massa e Cultura Popular*, de Eleia Bosi; *O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*, de José Reginaldo Fraudí; *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, de Herminio Linhares; *Estado e Sindicalismo*, de Annez

Andraus Troyano, *O Coração da Fábrica*, de Vera Maria Cândida Pereira; *Operários e Camponeses na Revolução Brasileira*, de Moisés Vinhas; *Os Peões do Grande A.B.C.*, de Luís Flávio Rainho; *Cara-a-Cara; Trabalho Urbano e Conflito Social*; de Boris Fausto e *Sindicato e Estado*, de Azis Simon e vários outros.

Quase todos os autores são estreates. Lançaram-se nesta pesquisa operária, crenes de terem descoberto alguma coisa nova. Outros para “carregar” dados do movimento sindicalista para as esquerdas e uns poucos para se doutorar embasados em temas operários.

Entre as obras citadas destaco *Sindicato e Estado* de Azis Simon como um estudo sério, aprofundado, uma incursão no sindicalismo revolucionário na Grande São Paulo. As demais obras com poucas exceções, carecem de autenticidade, ressentem-se de conhecimentos histórico-ideológicos dos seus autores, que por razões inconfessáveis “esquecem” de dimensionar devidamente a doutrina que serviu de bússola, o grande motor de propulsão do movimento sindicalista no Brasil.

b) Em rápida análise comparativa, o velho sindicalista Pedro Catalo, teceu os seguintes comentários em torno dos sindicatos de 1958, os mesmos de hoje (com pequenas alterações), sem melhoras à vista:

“Os sindicatos, tal como estão hoje, aqui no Brasil e em boa parte do mundo, desencantam e amortecem as mais vivas paixões que possam povoar os anseios proletários. São peças justapostas de uma máquina montada pelos governantes, com a finalidade única de manobrar os trabalhadores, reduzindo-os a conglomerados numéricos, sem vontade própria e sem expressão ideológica. São órgãos desvitalizados, anêmicos de pensamentos, paupérrimos de pretensões, sujeitos terminantemente à intervenção ministerial, como foi o recente caso dos marítimos.

“Particularmente no Brasil, os sindicatos vivem ainda sob a vontade histriônica do vandálico Mussolini, que apesar de justificado e morto, vive ainda por entre as amarfanhadas folhas da ‘nossa’ mastodôntica Legislação Trabalhista, que, como todos sabem, não passa de cópia fiel da célebre *Carta del Lavoro* dos fascistas. E aqui repete-se a clássica e proverbial frase: ‘OS MORTOS GOVERNAM OS VIVOS’.

“Faz mais de vinte anos que os trabalhadores vivem enleados nesse ‘milagroso’ papelório, e a situação dos mesmos é sempre tensa e alarmante, com tendência de agravar-se assustadoramente. O círculo vicioso dos aumentos sincrônicos, nos salários, nos viveres, nas vivendas, nos remédios,

nos transportes etc., revela, insofismavelmente, que é preciso atentar para soluções mais largas, mais profundas e abrangentes.

"O pior mal que os sindicatos amarelos ou ministerialistas trouxeram, foi, sem dúvida, o aparecimento de uma categoria de homens que se intitulam líderes e que são conhecidos vulgarmente pelo expressivo nome de pelécos.¹⁵ Esses pelécos constituem uma fauna parasitária que surgiu como geração espontânea e vive *incrustada* aos cofres sindicais. São eles mandatários absolutos de sindicatos e federações, de confederações e autarquias de previdência social; colaboradores incondicionais dos governantes e que se movem ao sabor de políticos oportunistas e influentes.

"Apesar disso, o ciclo de hibernação dos trabalhadores está para terminar. O colosso proletário começa a sacudir a cabeça.

A reforma social do conglomerado humano deve acontecer, devemos realizá-la; e quanto antes melhor, se queremos evitar a hecatombe coletiva de uma nova guerra, que também se aproxima apavorante e vertiginosamente. Os sindicatos operários, têm, nessa reforma social, a sua missão histórica muito bem delineada. Já não podem ser mais instrumentos flexíveis, sem equilíbrio próprio, sem uma força intrínseca, sem um destino certo. Eles são, certamente, os baluartes de defesa e de conquistas contra o capitalismo ladravaz, mas, e acima de tudo, os sindicatos operários são a força humana máxima que deve operar, preponderantemente, na transformação social. Representam o aparelhamento simetricamente certo, que deve substituir definitivamente o velho e carcomido arcabouço do Estado, juntamente com os órgãos que lhe são inerentes.

São eles, unicamente eles, que devem organizar a produção, o consumo e a distribuição. A missão histórica dos sindicatos proletários é a de moralizar o gênero humano, fazendo-lhe compreender que o trabalho é a fonte da vida, e que a vida pertence ao trabalho. Ao trabalho útil, ao trabalho produtivo, ao trabalho fecundo, unindo as mãos calosas aos sábios homens humanitários, aos artistas, aos cientistas, realizando, assim, o maior acontecimento histórico de todos os tempos."¹⁶

c) O sindicalismo adotado pelo operariado do Brasil antes de 1930 veio de fora. Chegou em livros e na cabeça dos imigrantes, de navio e pela fronteira. E apesar de trazer o calor e a ênfase dos militantes das mais diversas nacionalidades, tinha uma só origem, uma só procedência: "*Associação Internacional dos Trabalhadores*". Foi nos seus Congressos, em debates acalorados, algumas vezes extrapolando as linhas mestras do programa inicial que os trabalhadores deram forma doutrinária ao seu movimento.

15. Hoje temos o PT (Partido dos Trabalhadores).

16. Trabalho publicado em *Ação Sindical*, março de 1958, ano 1, nº 1. S.P. .

Vale recordar que o próprio Karl Marx chegou a estar de acordo com os operários ao recusar delegação para representar os trabalhadores em Congressos – segundo o internacionalista Carter por não se reconhecer um deles:

"Marx compreendia perfeitamente a importância daquele primeiro Congresso no qual se deviam participar delegados operários, e por isso recusara a delegação que lhe havia sido oferecida pelo Conselho Central, do qual ele era um membro preponderante, ato que mereceu de Tolain, operário francês, o seguinte comentário durante o Congresso: "Como operário, agradeço ao Cidadão Marx o não ter aceitado a delegação que lhe ofereceram. Procedendo assim, mostrou que os congressos operários devem ser apenas compostos de operários manuais. Se admitirmos aqui homens pertencentes a outras classes, com certeza se dirá que o Congresso não representa as aspirações da classe operária, que não é feito por trabalhadores, e eu entendo que convém mostrar ao mundo que estamos bastante adiantados para andar pelos nossos pés". (*I.ª Internacional* – J. G., Tomo 4 – p. 336)

Posicionamento que se repetiria – segundo o autor do prefácio de *O Capital*, edição francesa, datado de 3-6-1897:

"A propriedade privada do trabalhador nos meios de exercer a sua atividade produtiva, acompanha a pequena indústria agrícola ou manufatora, e a livre individualidade do trabalhador. Certo, este sistema de produção encontra-se na escravidão, na servidão e noutros estados de dependência. Mas, não desenvolve toda a sua energia, não reveste a sua forma completa e clássica, senão quando o trabalhador é o proprietário livre das condições de trabalho que ele mesmo exerce: o camponês do solo que cultiva, o artífice da ferramenta que maneja, assim como o artista do seu instrumento"

É bem verdade que estas opiniões não foram sustentadas muito tempo por Marx. Em posteriores Congressos da AIT, o próprio Marx se encarregou – com outros intelectuais – de mudar os rumos da Internacional, o que não altera o acerto da sua recusa linhas atrás: o trabalhador sem liberdade e autonomia em seu mister terá reduzida sua produção, asfixiado o seu poder criador!

Para defender e explicar tese semelhante Pierre Besnard¹⁷ usou a seguinte teoria:

17. A tese de Pierre Besnard intitula-se *Os Sindicatos Operários e a Revolução Social*. São 320 páginas de grande desenvoltura sindicalista, de grande clareza revolucionária, embasada por uma lógica impressionante!

"É necessário demonstrar que a transformação só pode ser obra dos trabalhadores agrupados nas suas organizações sindicais e nunca nos partidos políticos, quaisquer que sejam. Está comprovado igualmente a inaptidão e incapacidade do Estado para dirigir a causa coletiva, assim como a ditadura chamada 'do proletariado' é inútil, nefasta, prejudicial e condenável.

A ditadura, tanto a proletária como as outras, são sempre ditaduras com todos os seus defeitos inerentes.

Afirmar que o Estado proletariano desaparecerá por si próprio, é um contra-senso.

O Estado proletário procurará justificar, dia a dia, a sua existência, achando mil e um meios de 'provar' que é necessário, indispensável, e assim acabará por impor-se como definitivo.¹⁸

Obras de igual envergadura são: *La Internacional Obrera*, de Victor Garcia; *El Proletariado Militante*, de Anselmo Lorenzo; *O Sindicalismo em Portugal*, de Manuel Joaquim de Sousa; *Organização Social Sindicalista*, de Adolfo Lima; *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, de Neno Vasco; *La C.N.T. en La Revolución Española*, de José Peirats; *Sindicalismo e Revolução*, de M. Pierrrot; *Sindicalismo e Socialismo*, de Robert Michels; *Sindicalismo e Socialismo na Rússia*, de Boris Kritchewsky; *Socialismo e Socialistas*, de José Prat; *História do Socialismo e das Lutas Sociais*, Max Beer; *O Sindicalismo e Greve Geral*, de J. Prat e A. Briand; *A Luta Sindicalista Revolucionária*, de Carlos Dias; *O Anarquismo no Tribunal do Júri*, (Defesa dos grevistas de 1917 - S. Paulo, Evaristo de Moraes); *Verdades Sociais*, de J. Carlos Boscolo; *Alvorada Operária*, E. Rodrigues; *O Sindicalismo e a Próxima Revolução*, de Dulour; *A Confederação do Trabalho*, de Delessalle; *O Sindicalismo*, de Leone; *A Burguesia e O Proletariado*, de José Prat; *Semear Para Colher*, de Carlos Dias; *O Dia das Oito Horas*, Ed. C.B.E. Sociais do Porto; *Primeiro de Maio*, Serafim Porto; *A Confederação Geral do Trabalho*, de Emile Pouget; *Pela Educação e Pelo Trabalho*, de Adelino Pinho; *O 1º de Maio - sua origem*, de M. Joaquim de Sousa; *Bases do Sindicalismo*, de E. Pouget; *El Obrero Sindicalista y su Patrón en el Campo*, José Sanchez Rosa; *Organización Obrera*, M. Caracciolo

18. A colocação de Pierre Besnard, a mais de 50 anos, ninguém contesta, está certíssima!

Lévano, *A União dos Sindicatos e Anarquia*, Fernand Pelloutier; *O 1º de Maio - sua origem - seu significado*, Montevideu - 1912; *O Sindicalismo*, Félicien Challaye; *A Solidariedade e a Responsabilidade na Luta Operária*, de Max Netlan; *Entre Camponeses*, de E. Malatesta; *1º de Maio* (peça) de Pietro Gori; *Aos Camponeses*, de Ricardo Mella; *O Sindicalismo*, de Luigi Fabri; *El Crimen de Chicago*, Barcelona, 1912; *Socialismo: Síntese das Origens e Doutrinas*, de E. Rodrigues; *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*, de E. Rodrigues; *Nacionalismo e Cultura Social*, de E. Rodrigues; *Novos Rumos*, E. Rodrigues; *Trabalho e Conflito*, E. Rodrigues; *Contra a Perpetuidade do Erro e da Mentira*, de Carlos Dias; *Ação Direta*, de José Oiticica; *Anarquismo - Roteiro da Libertação Social*, de Edgard Leuenroth; *Quem Não Trabalha Não Come*, de Adelino de Pinho e outros.

Nesta última Adelino de Pinho lembra que:

"O trabalho manual, apesar de toda a sua utilidade, tem sido (e continua!) considerado com repugnância e abandonado aos sem cira nem beira, àqueles que com pouca inteligência e sem meios não podem galgar um emprego público, um lugar nas classes médias, na carreira das armas, da magistratura, da medicina ou do clero, enfim, da parasitagem mais ou menos dourada e ociosa¹⁹. E até a maneira de designar a música, a pintura e a arquitetura por belas-artes, assim como a poesia e a literatura por belas-lettras indica claramente, insofismavelmente, o horror, o asco, a aversão que o trabalho braçal, o trabalho rude, inspira às castas vadias que, julgando-se superiores e desobrigadas dos pesados trabalhos que as mantêm na ociosidade, ainda acham justo mimosear com termos injuriosos os intrépidos heróis do trabalho e a missão honrada e civilizadora que exercem:

19. O que escreveria o fundador da "Escola Moderna" nº 2, Adelino de Pinho, se soubesse hoje "que cada senador tem a sua disposição 64 serviços pagos pelo povo. Cinco mil e quinhentos empregados ganhando para servir a 69 senadores".

O Governo pagou ainda (entenda-se o trabalhador!) por "consultas médicas, inclusive operações plásticas realizadas nos funcionários e seus familiares 1 bilhão, 750 milhões de janeiro a agosto de 1985". E mais "160 milhões por mês para alimentá-los", além da caríssima frota de automóveis.

"No ano de 1984" - estas mesmas inutilidades, no entendimento dos sindicalistas revolucionários - "custaram 98 bilhões dos quais 70% gastos com suas despesas particulares"

Em síntese:

“Um indivíduo íntegro, um caráter bem formado não pode ter uma filosofia na rua e outra em casa, não pode abraçar dois ideais que se antagonizam!”

Para bem do ideal Sindicalista, a velha metafísica da neutralidade política e religiosa do Sindicato não pode nem deve continuar. Tem de acabar.

Nada de malabarismos, nada de tibiezas, de obscurantismo, de confusionismos.

Tudo claro, sincero, leal! E cada qual no campo puro do seu ideal, da sua filosofia social”.

“Por isso estigmatiza-se pedagogicamente aqueles que, com a cegueira do aumento do seu relativo bem-estar como produtores, se deixam perder e explorar miseravelmente como consumidores.

O aumento do salário ou a conquista de qualquer regalia operária nunca deve ser feita à custa e contra o consumidor, que é também operário.

Para que tais fatos constituam uma vitória proletária, tenham uma vantagem proletária, é indispensável que ela seja alcançada à custa exclusiva do patrão, do capitalista, daquele que o sindicalismo quer eliminar”.²⁰

Os objetivos do Sindicalismo aparecem neste texto com toda a clareza: “a conquista de qualquer regalia operária nunca deve ser feita à custa e contra o consumidor, que é também operário”.

O sindicalismo revolucionário cultiva a sua integridade moral, social, humana e divide seu tempo entre trabalho produtivo e idéias que professa e defende com seriedade.

Diz bem dessa “devoção” o chamamento da “Federação das Classes Trabalhadoras do Pará” na década de 20:

“Convidam-se todos os Companheiros e Companheiras para os ensaios dos cânticos revolucionários deste folheto: quartas-feiras e sábados às 21 horas e aos domingos, às 11 horas, até ao dia 1º de maio”.

20. *Concepção Anarquista do Sindicalismo*, de Neno Vasco. Neno Vasco, português de nascimento, viveu em S. Paulo, foi ali diretor de dois jornais (*O Amigo do Povo* e *A Terra Livre*) e de uma revista (*A Aurora*), onde fez escola pela clareza de suas idéias.

E eis um dos “cantos” ensaiados para o qual se convoca os “companheiros e companheiras”:

Companheiros e Companheiras!
Levantai-vos! vinde em massa!
O pendão livre esvoaça
Ao sol claro do porvir!

Nos insultos e nas penas,
Mútuo pacto nos aperta
A grande obra que liberta.
Quem de nós a irá trair?

São os filhos do Trabalho
Quem o há-de redimir;
Ou viver pelo trabalho,
Ou lutando sucumbir!

Pelo Campo e pela Mina,
A buscar um magro ganho,
Somos frutos dum rebanho,
Tosquiados pelo patrão.

O Senhor por quem lutamos
Não nos dá direito à vida:
A ventura prometida,
Quando a vemos nós então?

São os filhos do trabalho, etc. . .

Entre máquinas deixamos
Corpo e cérebro aos pedaços:
Hão-de à força os nosso braços
Terra alheia fecundar.

O instrumento do trabalho,
Entre a mão dos homens novos,
Mate os ódios entre os povos,
Chame o justo a triunfar.

São os filhos do trabalho, etc. . .

Separados, somos fracos.
Somos fortes bem unidos;
Dá vigor aos oprimidos
Quem tem braço ou coração.

Tudo vem do suor nosso;
Derrubar e erguer podemos.
Seja a senha: despertemos!
Foi bem longa a sujeição.

São os filhos do trabalho, etc. . .

O irmãos de sofrimento,
Companheiras nos enganar,
Que aos negreiros, que aos tiranos,
A beleza e sangue dais;

Aos submissos, aos imbeles,
Não mais deis vosso sorriso!
Para o exército indeciso
Os desastres são fatais.

São os filhos do Trabalho, etc. . .

Maldição a quem se esjoja
Nos banquetes, nas orgias,
Junto a quem passa os seus dias,
Sem um pão e sem amor!

Maldição a quem não sofre
Com a atroz miséria alheia,
E de paz nos palavreia
Sob a pata do opressor.

São os filhos do trabalho, etc. . .

Guerra às pátrias, apagamos
Os confins do mundo inteiro;

Que o inimigo, que o estrangeiro,
Não é longe, é entre nós!

Guerra à guerra, sem descanso!
Sem descanso, morte à morte!
Do direito de mais forte
Já o termo vem veloz!

São os filhos do trabalho, etc. . .

Se a igualdade não fraude,
Ironia, falsidade
O clamor fraternidade
O viver livre e viril:

Eia avante companheiros,
Que nós todos somos servos;
Com os fracos e protestos
Transigir é baixo, é vil!

São os filhos do trabalho, etc. . . 21

21. Do folheto publicado pela Federação das Classes Trabalhadoras do Pará.

4.1 Sociabilidade

O ser humano isolado só pode conceber-se por um esforço de abstração. Para atingir o seu desenvolvimento pleno, o indivíduo só em sociedade poderá fazê-lo e/ou realizar-se. Isoladamente é indefeso, impotente para inúmeras atividades e incapaz de suprir todas as suas necessidades.

Antes de ser produtor o homem é um consumidor! Depende do esforço de muita gente para vencer etapas de desenvolvimento até atingir a maturidade, a fase produtiva. E mesmo depois que atinge a sua plenitude física e intelectual continua tendo mais necessidades do que forças e/ou capacidades para satisfazê-las. As necessidades são múltiplas e as forças para produzir ou obter os meios capazes de satisfazê-las são limitadíssimas, dentro de cada ser humano. Empurrado por essa realidade começa sua atividade social, põem nela sua vontade, desenvolvimento, junta-se aos seus semelhantes, torna-se um ser sociável.

A desproporção existente entre as necessidades e as possibilidades dos indivíduos colocam em confronto a força física e as ilimitadas ambições humanas impelindo o homem para a formação da sociedade. Como organismo biológico em crescimento, intensivo e extensivo, o ser humano isoladamente jamais se satisfará. Carece sempre de espaço, de tempo e capacidade. Disto resulta que somadas as ambições e as impossibilidades de satisfação do indivíduo, constituem fator sociológico, produzem as bases fundamentais do progresso social. Insaciável como é, o homem quando realiza um desejo, nasce-lhe e/ou cria incontinenti outras necessidades, cada vez mais complexas, mais difíceis de alcançar individualmente. Por isso faz adaptações, procura novos relacionamentos, apura sua sutileza, torna-se um atleta sempre em busca de mais, do melhor, da perfeição.

O ser humano é, portanto, essencialmente social, sociável e seu fim só pode ser alcançado e/ou atingido em sociedade, fazendo parte dela e usando-a como um todo.

A sociabilidade é pois a tendência dos indivíduos para se agrupar, se organizar com vistas a realização e a conquista de meios indispensáveis à satisfação das suas necessidades.

As uniões esporádicas, temporárias, permanentes, por combinações contratuais, estatutárias e acordos verbais, são produzidas a séculos e séculos em todas as sociedades. Outorgadas pelo elemento humano compõem agregados, desempenham funções, ganham forma de órgãos, constituem um conjunto de aparelhos, um superorganismo social, a humanidade. Enquanto seus componentes aparelhos e órgãos sociais variam, morrem, são substituídos pelo nascimento de outros, ganham aspectos novos, evoluindo sucessivamente por constantes adaptações em proveito das bases, o superorganismo firma-se cada vez mais, purificando-se, aperfeiçoando-se na prática até alcançar dentro da sociabilidade o seu mais elevado procedimento: o apoio mútuo e a solidariedade humana.

Começou aliando-se para alcançar distâncias, defender-se da adversidade da natureza, da ferocidade dos animais, abrir espaços nas florestas, descobrir alimentos, fazer ferramentas e com elas realizar trabalhos que individualmente seriam impossíveis. Empurrado pelas necessidades chegou às uniões, associou-se formando a mais importante classe produtora apartada das riquezas que o trabalho pode produzir.

O sindicalismo surgiu então como elemento catalizador de forças, com seu corpo de doutrinas, seus veículos de divulgação de verdades incontestáveis, levando o proletariado à tomada de consciência e a buscar uma educação sindicalmente apolítica, revolucionária e expropriadora.

“Os trabalhadores – afirmou Marc Pierrot, um dos seus eminentes precursores – têm que lutar não só pelas melhorias das condições do trabalho mas também contra as leis que perturbam a sua ação e as suas reivindicações. Os poderes públicos só dão importância à classe trabalhadora quando ameaçados ou simplesmente incomodados por indivíduos resolvidos a fazer justiça pelas suas próprias mãos.

A ação direta deve ser, por conseguinte, exercida por um lado contra os patrões, para melhoria das condições materiais e morais do trabalho, e por outro contra os poderes públicos, para a supressão das restrições legais que esmagam a ação operária.

A ação direta permite que se meça o valor dos esforços dos operários; só ela permite à classe proletária avaliar a sua própria força”.

A vançando nesta linha de rumo, Pierre Besnard prevê que:

“Os sindicatos, que hoje são agrupações de resistência, serão amanhã as bases da reorganização social, afirmando com força e consciência, a continuidade da sua ação, passando de instrumentos práticos de libertação do proletariado a base da nova organização social substituinte do Estado, associados às comunas livres, verdadeiros fundamentos, essenciais, da sociedade futura.

Desta forma, as guildas, as fraternidades, as comunas rurais, as cidades, as federações de cidades livres, de outros tempos, ressuscitarão, sob novas e apropriadas formas de comitês de oficina, conselhos de fábrica, sindicatos de indústria, uniões locais de sindicatos, federações nacionais e internacionais, de indústria e internacional sindical”

Por sua vez Varlin, operário encardernador, elemento importante na Comuna de Paris, e na Internacional, “mostra o valor instrutivo e educativo das associações operárias” e lembrou:

“São sobretudo as sociedades corporativas (resistência, solidariedade, sindicato) que merecem os nossos incitamentos e simpatias, pois são elas que formam os elementos naturais da edificação social do futuro; são elas que poderão facilmente transformar-se em associações de produtores; são elas que hão-de poder utilizar a ferramenta social e organizar a produção”

E não obstante o crescimento populacional e tecnológico, ainda faz sentido os conceitos de H. Lagardelle, quando afirmava que:

“O Movimento Operário traz em si os destinos do futuro. . . Só nele revivem os elementos da cultura; o sentido da dignidade, o gosto da liberdade, o espírito da independência, de sacrifício, e de luta. Por sobre as ruínas da decadência burguesa é ele que fica depositário dos sentimentos sublimes que sustentam o mundo, é ele que fica heroicamente de guarda à civilização”

Todo o conforto e o progresso que podemos contemplar hoje – dizemos nós – devemô-los aos trabalhadores!

4.2 Sindicalismo

O sindicalismo é uma doutrina, um método de luta e um movimento que agrupa por meio de associações (locais, industriais, regionais, nacionais e internacional) os trabalhadores, visando a defesa comum dos seus interesses imediatos e futuros, materiais e

éticos, profissionais, intelectuais, sociais e numanos! Preconiza primeiramente a transformação da sociedade e abolição de classes.

Como bases morais o sindicalismo, possui a solidariedade, o auxílio mútuo e propugna a unidade humana, a colaboração intrínseca dos trabalhadores manuais e intelectuais, formando dessa forma uma só família universal.

A ação direta é a sua principal característica, como meio de levar a bom termo os seguintes fins: abolição do salariato, da propriedade privada e do Estado. Almeja a fusão de três importantes fatores da vida social: mão-de-obra, técnica e ciência, para realizar a expropriação e o advento da Sociedade futura.

Não mais deveres sem direitos, não mais direitos sem deveres é o seu recado aos parasitas, operários e patrões, burocratas, políticos e outros. . .

A "CNT" (Confederação Nacional do Trabalho) e a "AIT", com sede na Espanha, apontam suas baterias contra "O capitalismo e o Estado, Estado que, segundo seus militantes, é, por natureza, um órgão de opressão, de corrupção e de privilégios".

As determinantes principais deste posicionamento são a desigualdade social e a consciência de classe. Na própria Rússia, isso se verificou:

"Desde as grandes greves dos operários têxteis, de Petersburgo, em 1895 e 1896, até a Greve Geral insurrecional de outubro de 1905, foi como que um sindicalismo espontâneo que formou o mais poderoso elemento revolucionário na Rússia. E, apesar de tudo que depois se passou, foi a Greve Geral de 1905 que ficou sendo a fonte de energia dos levantes contra o czarismo".²²

O sindicalismo — para os seus precursores — não é, apenas proletário.²³ É, também, socialista revolucionário, alimenta sentimentos indomáveis de liberdade, opõe-se permanentemente ao Estado de miséria, de opressão, de sujeição e à educação mentirosa, deformadora, alienante ministrada pelo Estado!

22. *Socialismo: Síntese das Origens e Doutrinas*. E. Rodrigues.

23. Vale lembrar os chamados Sindicatos de Ofícios Vários existentes inclusive no Brasil para associar intelectuais e trabalhadores autônomos.

Em síntese:

"É uma realidade prática e experimental das leis científicas da sociologia. O seu pleno desenvolvimento assegura-lhe uma vida social progressiva e perfectível de prosperidade, bem-estar, de moral e de justiça. Cria nos indivíduos uma ideologia libertária de solidariedade humanitarista universal. Como super-organismo social, o sindicalismo, atinge a plena vida de solidariedade natural, funcional, amadurecida, consciente e livre; e o indivíduo, apoiado na sua doutrina, alcança o desenvolvimento integral, harmônico das suas múltiplas energias, satisfações, complexas e ilimitadas necessidades afetivas, intelectuais e sociais.

Em seu seio comporta todos os mecanismos necessários à vida, permite o aperfeiçoamento progressivo, em todos os campos do saber, acompanha o desenvolvimento da ciência e da técnica. E mais: engloba organismos de produção e de distribuição das utilidades enfeixadas no lema: "*a cada um segundo as suas capacidades e para cada um segundo as suas necessidades*".

Como organização social é completa, integral, quer para a transformação do regime governamental, quer para realizar e estruturar todas as instituições da sociedade futura; não precisa de órgãos estranhos ao meio sindical. Possui o que se poderia chamar de "todos os meios para coordenar o bem-estar social".

O sindicato — embasado pela doutrina sindicalista — é uma unidade de resistência, de luta, o embrião da nova sociedade criada sob pressão natural das condições de vida, das necessidades econômicas, familiares, artísticas, científicas e éticas, tendo como elo coordenador a solidariedade. Cada grupo de necessidades carrega agregados naturais de criação, produção e distribuição.

O elemento mais importante no sindicalismo é o indivíduo — a célula componente do tecido social. Toma diversos aspectos e adaptações — profissões e funções sociais — e no instante em que contribui com as suas energias, capacidade, inteligência e habilitações — cumprindo deveres para a nova sociedade, forma também o tecido da coletividade cuja função é criar utilidades. Enquanto organização, o sindicato apóia-se nas profissões — manifestações espontâneas de tendências, aptidões, percepções e individualidades sociáveis.

4.3 Projeto Sindicalista

a) Fundamentalmente revolucionário, o sindicalismo tem seu

projeto social e rejeita princípios de ação política. Para agir, possui meios exclusivamente antipolíticos e antiestatais, é estranho a qualquer poder governativo;

b) É pedagógico: cria em cada indivíduo um valor positivo, uma consciência social, uma capacidade reflexiva, artística e administrativa de gestão, uma força ativa, um caráter justo, solidário, suficientemente capaz em todos os ramos profissionais e das ciências;

c) De natureza objetiva, de reconstrução social, educacional, formará a sociedade baseada na livre associação, natural, espontânea;

d) Rejeita qualquer tipo de colaboracionismo e/ou reformismo, todavia, admite o constante aperfeiçoamento, o progressismo diário, as melhorias de vida, conquistadas diretamente sem agressões natureza e à dignidade humana;

e) Como organização social futura, o sindicalismo eleva o trabalhador, purifica-lhe a sentimentalidade, educa-o integralmente – econômica, familiar, artística, científica, moral e juridicamente – por meio de um ideal de profunda reflexão e moderna ação pedagógica. Suas agrupações não são políticas, autoritárias, de coação, são órgãos de educação ética pela ambiência, pelo princípio da tolerância, ensinada e aprendida nas escolas racionalistas, livres;

f) O sindicalismo aceita o homem tal como é, com seus condicionamentos provenientes da educação e da instrução capciosa, impostas pela Igreja e pelo Estado através dos séculos, com suas limitações e seus atavismos. Não lhe impõe modelos de comportamentos preestabelecidos e/ou convencionalismos jurídicos e divinos. A nova educação de cada ser humano partirá da sua realidade na tentativa de desbloquear sua inteligência, desenvolver seu poder de raciocínio, enquanto lhe oferece meios de adaptação voluntária. Dá-lhe as “ferramentas” para descobrir seu interesse e sua capacidade até armazenar recursos para se autogovernar como os milhões de células que compõem o corpo humano, funcionando todas, cada uma cumprindo sua função sem capatazes, chefes e/ou leis condicionadoras.

O sindicalismo não concebe distinção de raças, línguas, nacionalidades, cores, sexos, ou idades. É profundamente humanitarista e universal por excelência!

4.4 Comunas Autogestionárias

O sindicalismo revolucionário é inimigo convicto de todo o monopólio econômico e social. Pretende aboli-lo pela implantação de Comunas autogestionárias e de órgãos administrativos regidos por trabalhadores.

A base da sociedade é de produção de todos os bens necessários à vida. Compõe-se de uma organização de forças vivas (trabalhadores) que, usando a técnica e a máquina, produzem em razão de um plano de oferta e procura previamente elaborado pelo sistema capitalista, onde o dono do produto do trabalho assalariado é sempre o patrão.

Este possui as fábricas, as máquinas e todos os bens de produção e, *ipso facto*, domina os centros de trabalho, sua organização, e o sistema capitalista de produção, domina o sistema capitalista de organização.

Desta ditadura comercial resulta que uma parcela pequena da sociedade detém a riqueza, e a grande maioria ficou com a pobreza, e conseqüentemente, ganha forma a mais-valia (por meio do trabalho assalariado) em razão direta de produção não-paga pelo capitalista.

Assim, a produção está esquematizada dentro dos propósitos da exploração do trabalho operário.

Por outro lado, a propriedade no seu processo jurídico – ainda que “legalmente” registrada – caracteriza-se pelo domínio de quem a possui. E, convertida assim em propriedade privada dos meios de produção, ganha forma de poder na classe possuidora, vale como instrumento de domínio material e social no processo da produção, cujos frutos alimentam seus detentores e aqueles que diretamente não extraem a mais-valia do trabalho assalariado, mas constituem a casta dos burocratas que cobram sua parte sob forma de impostos.

Para garantir este sistema, o capitalismo utiliza uma série de mecanismos políticos, jurídicos, psicológicos e repressivos. Sua hierarquia vertical responde pelo autoritarismo da sociedade de classes a partir da família.

Célula organizativa da sociedade, a família jurídica, responde pela produção e reprodução, é o exemplo vivo da hierarquia, a partir do "chefe" da prole, responsável pela submissão a todo o tipo de autoridade: primeiro do pai, depois do sacerdote; em seguida do professor, do policial, do burocrata; dentro do trabalho, do encarregado, do mestre, do gerente e do patrão; e na "ordem" política, com nomes diferentes, a hierarquia impõe-se condicionando o indivíduo até torná-lo obediente, dependente, incapaz de se autodirigir, razão por que a idéia da ausência do chefe, do líder, da autoridade irracional, apresenta-se-lhe como uma calamidade pública.

Concluindo, pode-se definir o capitalismo como uma forma de sociedade integral (a todos os níveis da vida), baseada na exploração e na opressão do homem pelo homem, onde o ser humano aceita pacificamente, por força de costumes, e de pressões psicológicas e físicas, ser transformado no maior inimigo do próprio ser humano!

Por tudo isto, a autogestão dentro dos limites do sistema capitalista não ultrapassa a primeira infância, já nasce raquítico, define e morre.

Só a eclosão de um movimento revolucionário, baseado nos princípios da igualdade social, ao derrubar e destruir o sistema capitalista e suas estruturas, poderá, em nível de base, pôr em franco funcionamento a produção, distribuição e controle, paralisados com a derrocada do regime conservador, em condições, mobilizando os instrumentos ideológicos catalizadores de forças autogestionárias duradouras.

Para isso impõe-se a necessidade da socialização dos bens (não nos referimos à nacionalização, não é a mesma coisa), o domínio absoluto dos processos de produção em todos os campos de trabalho, com abolição do assalariado, o controle total da distribuição, consumo e obtenção das matérias-primas. E aqui entra, com toda a segurança, a autogestão, como elemento produtor dentro do novo sistema para substituir triunfalmente a máquina governativa do Capitalismo.

Autogestão atuará como órgão importante na transformação do sistema de produção-distribuição-administração, mas não é, por si só, a nova sociedade. Cada campo, cada fábrica, cada oficina, cada mina, cada pólo de produção será um reduto autogestionário, integrando

de forma global, em nível local, municipal, regional e nacional, a nova sociedade, materializada pelo sistema de trocas de produtos armazenados e distribuídos pelas comunas.

Sem funcionários pagos em moeda, a autogestão, na sua forma mais pura, terá de ser administrada pelo sistema de rodízio, onde secretários, conselheiros técnicos, revisores e calculistas, exercerão funções puramente administrativas, de gestão, e nunca diretivas. São encargos dados e aceitos livremente, cumpridos escrupulosamente, já que suas atribuições não são de mando mas de trabalho; não impõem idéias ou vontades próprias, mas executam resoluções tomadas em reuniões dentro de cada coletivo.

As assembléias gerais, freqüentes, promovem as substituições não só porque as funções são encargos e não privilégios, mas também porque contribuem para a educação de todos ao mesmo tempo que quebra os desejos subjetivos de liderança que irão fatalmente surgir nos primeiros tempos.

Autogestão ou resulta da ação direta ou fracassa. Por meio de concessões governamentais nunca se chegará a uma sociedade sem exploradores e explorados, autogestionária, humanitarista, igualitária!

Isto porque autogestão é uma obra experimental, inacabada, que precisa evoluir constantemente, receber sempre e sempre impulsos renovadores de aperfeiçoamento e vitalização! Sem isso acaba caindo na rotina, entra em estado de esclerose, aburguesa-se e morre.

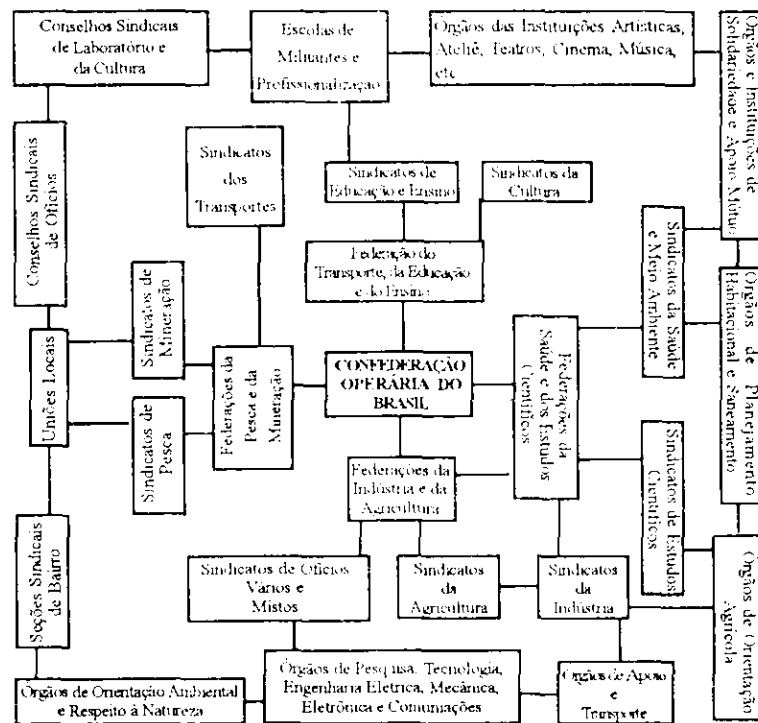
O nome Autogestão, pode dizer-se que é uma expressão relativamente moderna, veio fazer parte do vocabulário econômico-social, para explicar de forma sintética a ação produtora, distribuidora e controladora na cidade e no campo, anteriormente conhecida como comunalista.

Em síntese – sistema ou método administrativo levado a cabo pelos trabalhadores nas fábricas, no campo e em centros de transportes ou pólos de produção. Em autogestão não existem patrões, capatazes, superiores ou subordinados; todos são co-responsáveis, todos possuem iguais direitos e deveres. Uma comissão de operários eleita por aclamação, em assembléias

locais, é quem planeja a produção. Seu êxito oscilará de acordo com o sistema que lhe der vida.

Autogestão é, pois, instrumento, regulador e controlador da produção e distribuição; faz parte dos mecanismos utilizados pelos sindicalistas revolucionários na sua etapa transformadora, na Sociedade Nova.

4.5 Esquematização Organizativa Para Estudo e Aperfeiçoamento.²⁴



²⁴ Os esquemas organizativos, administrativos e produtivos apresentados a seguir não obedecem a nenhuma forma mágica e/ou rígida, resumem em tese, o alcance do sindicalismo na prática, são mecanismos experimentais, podem ser alterados e corrigidos quantas vezes forem decididas livremente em assembléias dos trabalhadores.